

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 093/2023
Data: 31/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TRIPULANTE DE NAVIO ATRACADO NO PORTO DE SANTOS TESTA POSITIVO PARA A MALÁRIA	4
COMPLEXO PORTUÁRIO DE ASHDOD CONTA COM ÁREA PARA VISITANTES.....	5
ATUAÇÃO DE STARTUPS NO PORTO DE ASHDOD ESTIMULA SOLUÇÕES	5
TERMINAL DE HADAROM OPERA CONTÊINERES COM EQUIPAMENTO REMOTO.....	7
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
QUATRO CONSÓRCIOS VÃO RECEBER R\$ 32 MILHÕES PARA TRATAR RESÍDUOS SÓLIDOS	7
ANP ENCONTRA IRREGULARIDADES EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM 12 ESTADOS	9
NO SERTÃO DA BAHIA, MUNICÍPIOS CHEGAM A TER 90% DA SUA ÁREA TOTAL MAPEADA PARA EXPLORAÇÃO MINERAL.....	11
MÃO DE OBRA QUALIFICADA É UM DOS GRANDES DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA	14
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	15
XXX COOPERA PORTOS VAI TRATAR DA ESTRATÉGIA ESG NO SETOR PORTUÁRIO	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – UM NOVO IMPULSO À INDÚSTRIA NAVAL.....	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Rio de Janeiro 1</i>	17
<i>Rio de Janeiro 2</i>	17
<i>Acre</i>	17
<i>ESG</i>	18
“HÁ A NECESSIDADE DE DESCENTRALIZAR A ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA. A CENTRALIZAÇÃO FOI UM EQUÍVOCO DA LEI N. 12.815”	18
NACIONAL - ANEEL JUSTIFICA AUMENTOS DE TARIFA DE ENERGIA NO SENADO	21
NACIONAL - ANAC: EMPRESAS AÉREAS DEVEM REVER REGRAS SOBRE EMBARQUE DE BAGAGEM DE MÃO	22
NACIONAL - CONSELHO ESG DO BRASIL EXPORT FARÁ MISSÃO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL .	23
NACIONAL – NORDESTE EXPORT 19 E 20 DE JUNHO.....	24
REGIÃO SUDESTE - CONSELHO DEFINE MAIS DEZ METAS DA NOVA GESTÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS.....	25
REGIÃO SUL - PETROBRAS E TRANSPETRO ANUNCIAM INTENÇÃO DE RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL NO RS	26
REGIÃO SUL - PORTOS DO PARANÁ REALIZA SIMULADO DE EMERGÊNCIA DE INCÊNDIO EM PARANAGUÁ	27
PORTUGAL - PORTO DE LISBOA SEDIA CONFERÊNCIA DE DIREITO PORTUÁRIO E MARÍTIMO	28
NACIONAL - NOVAS MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO DE PORTOS SÃO DEBATIDAS NA CONADIMP	30
OPINIÃO – ARTIGOS - NEGOCIADO X LEGISLADO	31
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	33
CONSELHO APROVA 10 NOVAS METAS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS	34
PORTOSRIO INSTALA CÂMERAS TÉRMICAS NOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E ITAGUAÍ PARA MAIOR SEGURANÇA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL	34
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL RECEBE HABILITAÇÃO PARA EXPORTAR MILHO À CHINA	35
ESTOQUE RUSSO DE TRIGO ATINGE 12 MILHÕES DE T, 2 VEZES MAIOR QUE MÉDIA DE 5 ANOS.....	36
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	37
GNL EM PEQUENA ESCALA DIVIDE MERCADO NA ANP	37
EMPRESAS DE ARQUITETURA E TECNOLOGIA SE UNEM PARA AMPLIAR OPÇÕES DE INSTALAÇÕES SOLARES	39
JORNAL O GLOBO – RJ.....	41
GÁS DE COZINHA SOBE EM NOVE ESTADOS, MESMO COM REDUÇÃO DE PREÇOS DA PETROBRAS A DISTRIBUIDORAS	41
APÓS ANOS NA "GELADEIRA", BRASILEIRAS ENVOLVIDAS NA LAVA-JATO SE PRÉ-QUALIFICAM JUNTO À PETROBRAS	43
STF JULGA HOJE OBRA DA FERROGRÃO EM MEIO A EMBATE AMBIENTAL; ENTENDA O CASO	43
DÍVIDA VAI PARA 73,2% DO PIB E CONTAS PÚBLICAS TÊM SUPERÁVIT DE R\$20,3 BILHÕES EM ABRIL, DIZ BC	44
IBAMA NÃO VAI 'CANETAR' NENHUMA LICENÇA AMBIENTAL, DIZ PRESIDENTE DO ÓRGÃO SOBRE FOZ DO AMAZONAS	45
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	47
GOVERNO DETALHA BLOQUEIO DE R\$ 1,7 BI NO ORÇAMENTO; VEJA OS MINISTÉRIOS MAIS AFETADOS	47
PREÇO DA GASOLINA DEVE SUBIR A PARTIR DE AMANHÃ COM NOVO ICMS.....	48
VIBRA NEGA CONVERSAS COM PETROBRAS SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E BUSCA MAIOR PARCERIA COM ESTATAL	49
LULA ADMITE QUE EMPRÉSTIMO DO BANCO DOS BRICS PARA A ARGENTINA NÃO VAI SAIR	51
ELETOBRAS NEGA NEGOCIAÇÃO COM A UNIÃO PARA AUMENTO DE ASSENTOS DO GOVERNO EM CONSELHO	52
‘NUNCA FALAMOS EM CARRO POPULAR’, DIZ SECRETÁRIO DO MDIC; PROGRAMA PODE DURAR DE 4 MESES A UM ANO	52



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 093/2023
Página 3 de 66
Data: 31/05/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP).....	56
RELATOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA DIZ QUE PARECER SERÁ O "IDEAL", MAS PODERÁ SOFRER MUDANÇAS	56
ATAQUE DE DRONE CAUSA INCÊNDIO EM REFINARIA DE PETRÓLEO NA RÚSSIA	57
NORDESTE CONCENTRA 83% DA ENERGIA SOLAR E EÓLICA DO PAÍS	57
LEILÕES DE RESERVA TÊM DESAFIOS AMBIENTAIS	59
PRESIDENTE DA CHINA DIZ QUE PAÍS DEVE SE PREPARAR PARA 'PIORES CENÁRIOS'	60
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ATRAI INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS AO PAÍS	61
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	63
TSE EMPOSSA DOIS MINISTROS INDICADOS POR LULA	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	64
APM TERMINALS NÃO RENOVARÁ CONTRATO TRANSITÓRIO COM PORTO DE ITAJAÍ	64
POSIDONIA SHIPPING CONCLUI COMPRA DE 2 PSVs 4.500 EM FASE DE CONSTRUÇÃO	64
DELEGAÇÃO DE ITAJAÍ APROVEITARÁ 90% DOS ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO, DIZ PIERDOMENICO	65
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	66
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	66



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TRIPULANTE DE NAVIO ATRACADO NO PORTO DE SANTOS TESTA POSITIVO PARA A MALÁRIA

Autoridade Portuária de Santos (APS) foi informada pela Anvisa sobre o caso positivo

Por: ATribuna.com.br



Tripulante do navio MV Dino testou positivo para a malária Foto: Reprodução

Um tripulante do navio MV Dino, atracado no cais do Armazém 31 do Porto de Santos, testou positivo para malária na tarde desta terça-feira (30).

A Autoridade Portuária de Santos (APS) afirmou, em nota, que foi informada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a presença do caso positivo e solicitou à agência de navegação que representa o navio para restringir o acesso de pessoas

a bordo.

O órgão orientou ainda que apenas pessoas essenciais para a segurança do navio ou da operação acessem a embarcação, desde que protejam as partes descobertas do corpo, principalmente pernas e braços, e usem repelentes, além de pedir que permaneçam o menor tempo possível a bordo.

Também foi solicitado ao comandante da embarcação e à arrendatária do Armazém 31 (GB Terminais), segundo a nota, que sejam realizadas ações como desinsetização e desinfestação para evitar a proliferação do mosquito transmissor da malária, o Anopheles.

O navio MV Dino está atracado, mas, por conta do clima chuvoso, não está operando no embarque de açúcar.

A Anvisa informou, por meio de nota, que foi acionado o protocolo e realizado o procedimento para desembarque e atendimento médico do paciente, que teve o caso de malária confirmado.

O órgão orientou também que seja feita a manutenção de atendimento médico e testagem dos outros tripulantes da embarcação.

Malária

Uma das doenças parasitárias mais antigas do mundo, a malária é causada por quatro diferentes tipos do protozoário do gênero Plasmodium. No Brasil são encontradas três espécies, a mais comum é a P. Vivax. A doença é transmitida pela fêmea infectada do mosquito Anopheles. Ela pica o ser humano, que passa a ser hospedeiro do protozoário.

Se um mosquito não infectado picar uma pessoa contaminada, ele passa também a transmitir a malária. A doença também pode ser transmitida pelo compartilhamento de seringas, transfusão de sangue ou até mesmo da mãe para feto, na gravidez. Os sintomas mais comuns da doença são febre alta, calafrios e falta de apetite.

Fonte: [A Tribuna Digital - SP](http://ATribuna.com.br)

Data: 31/05/2023

COMPLEXO PORTUÁRIO DE ASHDOD CONTA COM ÁREA PARA VISITANTES

Espaço pertence ao Governo de Israel e é utilizado para apresentar a estrutura do porto

Por: Rodrigo Nardelli, enviado especial a Israel



Em média, 16 navios operam por dia no Porto de Ashdod, que exporta contêineres vazios devido à falta de equilíbrio entre importação e exportação Foto: Rodrigo Nardelli

O Porto de Ashdod possui uma área para receber visitantes e apresentar a estrutura do complexo, que pertence ao Governo de Israel. Na área de visitação, é possível ver parte da tecnologia que eles possuem, com um mapeamento em tempo real da circulação de caminhões. Quando o painel foi apresentado, eram 663 caminhões, sendo 631 na importação e 32 na exportação. Assim que a explicação de um minuto acabou, o painel marcava 695 caminhões, sendo 659 na importação e 36 na exportação.

O monitoramento acontece também com a movimentação de navios e outras operações. Pensando no futuro, um dos píeres de atracação foi planejado e projetado para operar contêineres e funcionar de forma totalmente automatizada, com condições de receber navios de até 400 metros de comprimento. Este mesmo terminal será sustentável em relação à energia elétrica.

O chefe do Departamento de Contêineres do Porto de Ashdod, Uehuda Nanikashvili, guiou a comitiva brasileira pelo cais. O porto tem 1.250 funcionários. Todos são israelenses. São operados, em média, 16 navios por dia. Ashdod exporta contêineres vazios devido à falta de equilíbrio entre importação e exportação.

Os grãos movimentados passam por um túnel de sucção com três quilômetros de extensão. Segundo Nanikashvili, o equipamento reduz a perda de grãos. O Porto de Ashdod movimenta trens com produtos químicos, principalmente fosfato, componente utilizado na fabricação de fertilizantes.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/05/2023

ATUAÇÃO DE STARTUPS NO PORTO DE ASHDOD ESTIMULA SOLUÇÕES

Integrantes da Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023 conhecem projeto que reúne 70 empresas

Por: Rodrigo Nardelli, enviado especial a Israel



Projeto Blue Ocean chama atenção de integrantes da Missão Brasil-Israel Foto: Rodrigo Nardelli

A visita ao Porto de Ashdod, um dos mais importantes de Israel e que fica a aproximadamente 30 quilômetros ao sul de Tel Aviv, chamou atenção dos integrantes da Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel por vários fatores. Entre eles, o projeto Blue Ocean, de startups que atuam dentro do complexo portuário. No total, 70 empresas fazem parte do projeto de inovação.

Sete delas apresentaram aos empresários e autoridades do Brasil suas soluções tecnológicas para diversos problemas, desde a segurança até a verificação das condições de veículos. O Blue Ocean é focado em obter resultados em três meses, devido aos investimentos em inovação. Para eles, tempo é dinheiro. Uma curiosidade é que o Porto



de Ashdod recebe, em média, 8 mil ciberataques por dia. Uma solução inovadora protege o complexo portuário contra esses ataques executados, muitas vezes, por robôs.

Entre os projetos inovadores do Blue Ocean, está o drone ligado a um carro por um cabo. O veículo é de ronda, mas com o drone consegue mapear uma área maior e detectar irregularidades e vulnerabilidades por meio da tecnologia. A vantagem do drone com carro e cabo é a autonomia: pode ficar muito mais tempo no ar. Outra proposta alinha a rota de voo com o controle de tráfego aéreo sem que o operador do drone precise se preocupar.

O amplo campo de possibilidades impressionou de forma positiva os empresários da comitiva brasileira. O diretor de investimentos da Terminal Investment Limited (TiL), Patricio Junior, frisou o diferencial das soluções inovadoras das startups israelenses, que valem para o setor portuários e outras atividades econômicas.

“A TiL tem 70 terminais no mundo e uma noção muito boa de operação. Mas o foco que eles têm procurado, as soluções, enfim, isso é o que faz a diferença. A maneira como eles encaram os problemas. Eles não só trazem as soluções, mas também tentam ajudar as startups a revendê-las. Então, eles obtêm a solução e conseguem também ser os investidores dessas startups. A maneira de fazer negócio, para mim, foi a grande sacada. Pensar na solução é uma das coisas mais fantásticas”.

Para o sócio-fundador da empresa T2S, Ricardo Pupo Larguesa, o empreendedorismo é a chave do sucesso. “Em Israel, há um ecossistema muito grande de startups, com foco em empreendedorismo. É importante entender a dinâmica das startups junto com o setor produtivo, que demanda as soluções tecnológicas, e com o governo, que financia essas startups. Entendendo essa dinâmica, a gente pode levar esse modelo para tentar aplicar no Brasil. Eles têm conseguido excelentes resultados”.

Em relação ao Projeto Blue Ocean, “sabe-se que os investimentos em startups na maioria das vezes são 'perdidos', então faz todo sentido que o governo seja o grande financiador. Eles apresentaram um número para a gente que impressiona: 98% das iniciativas startups acabam sendo descartadas. Eles chamam de falha, mas veem como algo benéfico, no sentido de buscarem as soluções”.

Para o diretor do Grupo Cesari, Giovanni Borlenghi, Israel “possui o DNA da inovação e toda a estrutura deles é preparada para receber visitantes, seja uma comitiva técnica como a nossa ou estudantes e a população. E isso podemos levar para Santos, apesar de termos maiores volumes, maiores dimensões: abraçar a população e os mais novos, pois a inovação precisa de diversidade”.

O incentivo do governo de Israel às startups agradou ao gerente-geral da Eldorado Brasil Celulose, Flavio da Rocha Costa. “Hoje, Israel está à frente quando se fala em inovação e tecnologia. O mais importante, o que eu senti é que o governo investe muito em tecnologia e inovação. Isso faz com que os mais jovens e pessoas que estão entrando no mercado procurem fazer projetos, montar startups. O governo disponibiliza US\$ 50 milhões por ano para incentivar que as empresas busquem tecnologia”.

Luis Floriano, presidente do Concais, empresa que administra o Terminal de Passageiros no Porto de Santos, gostou da tecnologia que simplifica a identificação das pessoas em aeroportos israelenses, pois afirmou que tem trabalhado para convencer operadoras a investirem em um sistema de reconhecimento facial.

“Nós oferecemos aos operadores o reconhecimento facial. Alguns aeroportos já têm. Hoje, o check-in é físico, apresenta-se um cartão, um por um. Agora se você tem o reconhecimento facial, o voucher, é mais ou menos o que a gente faz hoje com o check-in eletrônico no embarque. Aqui, eu cheguei, coloquei o passaporte, saiu um bilhete e fui embora. Isso agiliza”.

TERMINAL DE HADAROM OPERA CONTÊINERES COM EQUIPAMENTO REMOTO

Chama atenção no Oriente Médio e em outros locais por ser o primeiro equipamento portuário semiautomatizado de Israel

Por: Rodrigo Nardelli, enviado especial a Israel



Privado e moderno, o Terminal de Contêineres de Hadarom (HCT, sigla em inglês) movimenta contêineres em Ashdod com apoio de portêineres remotos Foto: Rodrigo Nardelli

Privado e moderno, o Terminal de Contêineres de Hadarom (HCT, sigla em inglês) movimenta contêineres em Ashdod com apoio de portêineres remotos. A operação deles foi preparada para acontecer numa sala que reúne oito equipamentos iguais e que mais parecem videogames. A vantagem é que o trabalhador deixa de correr riscos e passa a ter um ambiente de

trabalho semelhante ao de um escritório.

Operando há menos de cinco anos, a construção de Hadarom foi marcada pela modernidade desde o início, já que o equipamento logístico ocupou um espaço alagado e utilizou tecnologia para reduzir os impactos ambientais. Hoje, chama atenção no Oriente Médio e em outras localidades por ser o primeiro equipamento portuário semiautomatizado de Israel.

Ao operar um portêiner de forma remota, o trabalhador deixa de correr riscos e passa a ter um ambiente de trabalho semelhante ao de um escritório Foto: Rodrigo Nardelli



Em visita a Hadarom, a comitiva da Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023 constatou que o conceito de encontrar soluções para diferentes áreas experimentando inovação para outros setores pode dar certo. O grupo brasileiro foi recepcionado pelo CEO do terminal, Eyal Baruch, que apresentou a sala de controle de operações, as inovações e levou a equipe para conhecer de perto o vaivém de máquinas operadas no escritório, que fica a mais de 100 metros de distância.

Nos últimos anos, passou a ser comum embarcar ou desembarcar contêineres do alto de um portêiner. No entanto, para chegar até a sala de trabalho, o caminho era longo, costumava passar pelo pátio onde outros veículos circulam e ainda era necessário subir alguns metros até a cabine onde ficam os comandos do equipamento. Em Hadarom, isso nunca ocorreu, devido à utilização da tecnologia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/05/2023

Após a elaboração dos projetos técnico, econômico-financeiro e jurídico, a licitação será realizada pelos consórcios para contratação das empresas que vão executar as obras.

Por Patricia Raposo

no edital do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) de Resíduos Sólidos do Governo Federal. Cada grupo selecionado vai receber em torno de R\$ 8 milhões em investimentos, incluindo consultoria especializada, para a elaboração dos projetos técnico, econômico-financeiro e jurídico. Os projetos são voltados ao manejo de resíduos domiciliares, como coleta, transbordo, transporte, triagem, entre outros.

A verba vem do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Caixa Econômica Federal (CEF), em parceria com a Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Governo Federal (SEPPI-CC).

O Consórcio dos Municípios Pernambucanos (Comupe), vinculado à Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), ficou em segundo lugar no edital e deve iniciar os trabalhos já a partir de junho.

Também foi habilitado o Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe Pernambucano (Cisape), que reúne 12 municípios: Trindade, Santa Filomena, Santa Cruz, Parnamirim, Ouricuri, Moreilândia, Ipubi, Granito, Exu, Dormentes, Bodocó e Afrânio;

Outros consórcios habilitados foram o dos Municípios da Mata Sul Pernambucana, que engloba sete cidades – por Xexéu, Ribeirão, Pombos, Palmares, Escada, Cortês e Chã Grande – e o Consórcio Público para o Desenvolvimento da Região Agreste Meridional de Pernambuco. Ele reúne 11 cidades: Tupanatinga, São João, Paranatama, Palmeirina, Manari, Lajedo, Jucati, Itaíba, Calçado, Angelim e Águas Belas.

Avanço no tratamento de resíduos

Esse resultado representa um avanço para a gestão de resíduos sólidos de Pernambuco. “Uma modelagem adequada para a gestão dos resíduos sólidos traz resultados não apenas para o meio ambiente, mas gera emprego, melhora a renda, cria novas oportunidades para Pernambuco, com impactos positivos até mesmo na saúde pública, trazendo justiça ambiental”, comemora a secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha do estado de Pernambuco, Ana Luiza Ferreira.



Secretária Ana Luiza Ferreira/foto: divulgação SEMAS-PE

A secretária aponta que, entre os ganhos para a sociedade e meio ambiente, destacam-se a manutenção do fim dos lixões – um feito histórico para Pernambuco -, redução da poluição do solo, ar e água, melhoria na qualidade dos serviços, fortalecimento da atividade de logística e valorização do trabalho dos catadores de lixo, hoje considerados agentes fundamentais desse processo.

A partir de agora, o executivo estadual, através da Semas-PE, a Caixa e o BNDES trabalharão de forma colaborativa e integrada para encontrar soluções que integrarão um modelo não só para Pernambuco e seus municípios, mas que também poderá ser replicado futuramente para todo o Brasil.

Logística reversa

O contrato prevê a criação de uma modelagem de gestão que contemple iniciativas e alternativas para reduzir os impactos produzidos por esses materiais ao serem descartados no meio ambiente. Uma delas, por exemplo, é a logística reversa, em que o lixo produzido por empresas e indústrias

seja de sua própria responsabilidade e voltem para que elas mesmas façam a destinação correta e/ou reaproveitamento de seus rejeitos.

Nesta primeira fase, será feito um diagnóstico da realidade de cada município. Estimativa de indicadores financeiros, operacionais, identificação de aterros controlados no município e de possíveis áreas a serem destinadas ao tratamento e disposição final de resíduos, a viabilidade ambiental e social das soluções, entre outros pontos, necessários para elaboração dos projetos.

Após esse mapeamento, serão elaborados os projetos técnico, econômico-financeiro e jurídico com recursos do FEP. Ao serem concluídos, a licitação é realizada pelo consórcio e a empresa vencedora será a responsável por operacionalizar o projeto elaborado pelo FEP.

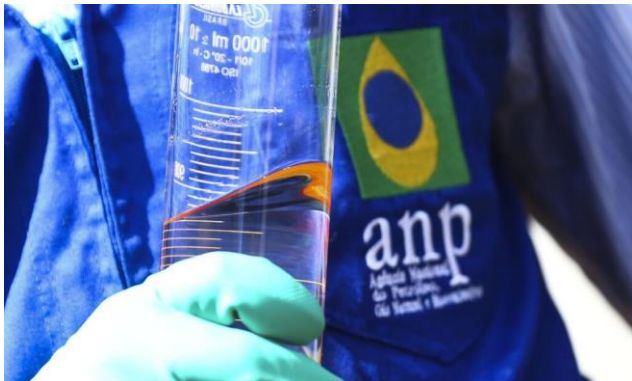
“O lixo é um ativo. A falta de políticas adequadas de manejo faz com que empresas públicas e privadas percam oportunidades reais e transformem seus negócios”, reforça a secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha de Pernambuco.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 31/05/2023

ANP ENCONTRA IRREGULARIDADES EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM 12 ESTADOS

Por Jairo Lima



Força-tarefa integrada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Procon e Inmetro fiscaliza postos revendedores de combustíveis em Brasília.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fiscalizou postos e distribuidoras de combustível líquido e GLP (gás de cozinha) em 14 unidades da federação do país entre os dias 22 e 25 de maio. Foram encontradas irregularidades em equipamentos e na composição dos combustíveis em quase todas as localidades.

Mato Grosso e Distrito Federal foram as exceções.

As ações foram feitas depois da mudança na política de preços da Petrobras, anunciada no último dia 16 de maio. Elas contaram com o apoio do Procon e de outros órgãos de defesa do consumidor, e fizeram parte do Mutirão Nacional do Preço Justo dos Combustíveis, iniciativa da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon). Também houve participação de outros órgãos públicos, como a Polícia Civil de São Paulo, o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (Ipem/PR) e a Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Consumidor de Goiás (Decon-GO).

Os estabelecimentos autuados pela ANP podem pagar multas que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 5 milhões. Consumidores podem denunciar irregularidades no mercado de combustível diretamente no site da instituição ou pelo telefone 0800 970 0267 (ligação gratuita).

Goiás

No estado, os agentes da ANP estiveram em 31 municípios. Eles analisaram a qualidade e a quantidade dos combustíveis oferecidos nas bombas medidoras. Dentre os problemas encontrados, destaque para um posto de Itumbiara que vendia combustível com teor alcoólico e massa diferentes do padrão exigido. Em Goianira, foram apreendidos 4,4 litros de óleos lubrificantes sem registro na ANP. E em Jataí, houve interdição e apreensão de um tanque de 23 mil litros de etanol. A empresa produtora de biodiesel foi autuada por exercer a atividade sem autorização da ANP.

Pará



Foram 11 postos de combustíveis fiscalizados nos municípios de Igarapé-Miri, Cametá e Barcarena. Dois postos foram autuados pela falta de equipamentos para analisar a qualidade dos combustíveis, teste que pode ser exigido pelo consumidor.

Amazonas

Também foram escolhidos 11 postos de combustíveis, além de um revendedor na navegação interior (TRRNI) e seis distribuidores. Em Itapiranga, um posto estava com a medida-padrão de 20 litros defeituoso.

Alagoas

Foram 13 postos de combustíveis vistoriados nas cidades de Cajueiro, Capela, Ibateguara, Chã Preta, Santana do Mundaú e Viçosa. Em Cajueiro, havia irregularidades no painel de preços e nos equipamentos. Em Santana do Mundaú, um posto foi autuado por ausência de instrumento para análise da qualidade.

Bahia

Fiscalização em 38 postos de combustíveis das cidades de Bom Jesus da Lapa, Correntina, Riacho de Santana, Salvador, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe. Em Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe nove postos foram autuados por não seguirem normas de segurança, bombas abastecedoras irregulares e não prestarem informações fundamentais aos consumidores.

Ceará

Dez agentes econômicos, entre distribuidoras de combustível de aviação, distribuidoras de combustíveis, postos de combustíveis e revendas de GLP foram fiscalizados. Em Fortaleza, um posto comercializava etanol fora das especificações.

Santa Catarina

Dez postos foram vistoriados e duas empresas de revenda de GLP nas cidades de Campo Alegre, São Bento do Sul, Mafra e Rio Negrinho. Em Mafra, um posto comercializava produtos com irregularidades no volume.

Rio Grande do Sul

Os fiscais estiveram em 20 postos de combustíveis, três revendas de GLP, um distribuidor de GLP, dois transportadores-revendedores retalhistas (TRRs) e um distribuidor de combustíveis das cidades de Carazinho, Marau, Passo Fundo, Progresso e Porto Alegre. Em Porto Alegre, oito postos foram autuados por más condições de conservação da bomba e falta de equipamentos obrigatórios de medição e análise de combustível.

Paraná

Ações da ANP aconteceram em 17 postos e em uma distribuidora de combustíveis nas cidades de Campo Mourão, Cianorte, Curitiba e Maringá. Em Curitiba, um posto foi autuado por ter termodensímetro (equipamento acoplado à bomba de etanol para verificar aspectos de qualidade) com defeito.

Rio de Janeiro

Foram vistoriados 29 agentes econômicos, entre postos de combustíveis, revendas de GLP, produtores de biodiesel, distribuidores de combustíveis líquidos e distribuidores de GLP. Os municípios foram Duque de Caxias, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Barra Mansa, São João de Meriti, Resende e Cabo Frio. Em Duque de Caxias, um posto teve bicos de etanol hidratado interditados por causa de irregularidades.

Minas Gerais

Fiscalização aconteceu nos municípios Belo Horizonte, Betim, Contagem, Igarapé, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano, Águas Formosas, Araxá, Ataléia, Crisólita, Ibiá, Novo Oriente de Minas, Pavão, Pratinha, Santa Juliana e Teófilo Otoni. No total, 91 estabelecimentos foram analisados. Em Belo Horizonte, um posto foi autuado por não funcionar no horário mínimo exigido pela legislação. Na



capital, em Betim, Contagem e Santa Luzia, cinco postos foram autuados por irregularidades no painel dos preços dos combustíveis.

São Paulo

Vistorias aconteceram em 43 estabelecimentos das cidades de Americana, Barretos, Cajamar, Olímpia, Poá, Santo André, São Paulo e Taboão da Serra. Na capital, um posto foi autuado por romper lacres e remover de faixas de interdição anterior. Em Santo André, um posto teve 14 bicos e quatro tanques interditados por comercializar gasolina comum e etanol hidratado comum fora das especificações obrigatórias.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 31/05/2023

NO SERTÃO DA BAHIA, MUNICÍPIOS CHEGAM A TER 90% DA SUA ÁREA TOTAL MAPEADA PARA EXPLORAÇÃO MINERAL

Informações: Rede GN

A mineração teve início no Brasil no século XX, é considerada uma herança colonial devido às características que mantêm até hoje, baseada na concentração fundiária, uso de mão de obra precarizada, produção voltada para exportação, o que resulta em graves impactos sociais e ambientais e na solidificação de estruturas de poder econômico e político, tal qual no colonialismo.

Sua evolução foi marcada pelo avanço da tecnologia, passando da prática do garimpo artesanal para explosões de grandes massas rochosas e uso de procedimentos químicos e substâncias contaminantes como cianeto, mercúrio, ácido sulfúrico etc.

A formação de grandes capitais, especialmente a partir da ação de corporações transnacionais e multinacionais, é o que sustenta a mineração em escalas tecnológicas, girando em torno de um sistema produtivo que envolve, diretamente, aquisição de terras onde ficam situadas as minas, ferrovias, hidrovias, portos, além da articulação com outros segmentos como agro e hidronegócio.

Além de ser altamente arriscada à vida dos/das trabalhadores/as, a atividade mineral, seja ela legal e/ou ilegal, promove intensa degradação ambiental, inclusive é uma economia totalmente associada ao racismo ambiental e à existência de desastres, conforme o que o mundo tem assistido em diversos locais, a exemplo do estado de Minas Gerais nos últimos anos. No Brasil, de 2001 a 2021, 11 desastres foram computados, acarretando mais de três mil mortes, de acordo dados do estudo World Mine Tailings Failures, publicado pela Fase na Cartilha ilustrada para uma análise crítica do modelo mineral brasileiro.

Sabe-se que os minérios são necessários para a produção de diversos bens e serviços utilizados diariamente pelas diferentes classes sociais, a exemplo dos transportes, meios de comunicação, indústria, comércio, saúde, etc. Porém, o uso desenfreado destes, o consumismo, norteados pela lógica capitalista, exige um crescimento desmedido da exploração por parte das empresas, maior parte delas de origem canadense, conforme aponta dados reunidos pela pesquisadora Juliana Barros, professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB.

Para se produzir um brinco de ouro de 1,5 grama, é preciso 363 toneladas de material retirado do subsolo; crianças de menos de dois anos seguram em seus colos celulares e/ou outros aparelhos que utilizam grandes quantidades de minérios em sua constituição; aumenta a cada dia a variedade de modelos de carros de passeios e esportivos que movimentam o mercado aumentando o capital dos grandes fabricantes; pequenos robôs se multiplicam nas residências apenas para evitar a pessoa levantar para acender uma lâmpada ou ligar um eletrodoméstico. Estes são apenas exemplos de que há hoje no mundo um consumo desnecessário de materiais minerais, o que vem provocando a superexploração e uma série de consequências ao planeta.

A maior parte da população, em geral por desconhecimento ou desinformação, não enxerga isso como um problema coletivo. Os governos, por sua vez, entendem que as commodities minerais são



estratégias para os municípios, estados e o país crescerem economicamente, mesmo cientes dos prejuízos ambientais e socioculturais.

A comunidade de Angico dos Dias, em Campo Alegre de Lourdes, no norte da Bahia, a 827 km de Salvador, é hoje um caso emblemático de enfrentamento a problemas com mineradoras. A extração de fosfato tem tirado o sossego da comunidade tradicional de fundo de pasto, conforme informações da Diocese de Juazeiro e relatos de moradores/as da localidade. Outras comunidades do município estão ameaçadas, totalizando mais de 80% do município mapeado para mineração.

Mas, conforme levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, além deste município que faz divisa com o estado do Piauí, os outros que compõem o território de atuação da Diocese também possuem atividade mineral e/ou em boa parte estão mapeados para pesquisa minerária. Na relação dos minérios encontrados nesta região estão: cobre, ferro, fosfato, manganês, níquel, ouro, quartzo, quartzito, granito, chumbo, lítio, calcário, além dos mais comuns, como areia e mármore.

Curaçá, município com estimativa de população superior a 35 mil pessoas e uma extensão territorial de aproximadamente 6 mil km², hoje possui 90% do seu território mapeado para mineração (mais de 622 mil hectares) de acordo com dados levantados pela CPT. Com esse mesmo percentual, Uauá possui mais de 276 mil hectares mapeados, o que pode impactar o Bioma Caatinga e diversas comunidades tradicionais que vivem nesses territórios.

A partir do referido levantamento, observa-se que nos dez municípios que fazem parte da Diocese de Juazeiro, mais de três milhões de hectares possuem títulos minerários ativos, que vão desde a fase de requerimento da pesquisa para a exploração mineral, passando pela concessão de lavra até chegar ao funcionamento de fato das mineradoras. Com relação ao tamanho das áreas mapeadas, tendo em vista as áreas territoriais dos municípios, em ordem decrescente destacam-se: Curaçá, Uauá, Juazeiro e Campo Alegre de Lourdes.

Falso desenvolvimento

Ao contrário do argumento político de que a atividade mineral garante sustentabilidade econômica, de acordo com o Governo Federal, foi apenas em 2020 que o setor passou a ser responsável por 2,5% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Isto depois de o Governo Bolsonaro ter registrado o maior número de outorgas desde 1988, aumentando significativamente a destruição ambiental e contabilizando o aumento de 91% da exploração em terras indígenas.

Um empreendimento mineral se estabelece em um município e opera em média 30 ou 40 anos, segundo dados da CPT. É comum nesta temporada, desde a fase de pesquisa até encerrar a operação, provocar destruição de bens naturais como serras, florestas, mananciais, além de provocar problemas de saúde à população que convive mais próximo dos locais minerados e acirrar conflitos no campo, impactando povos e comunidades tradicionais.

As famílias de Angico dos Dias convivem com essa realidade desde 2005. De acordo com o presidente da Associação de Fundo de Pasto da localidade, Edinei Soares, a empresa Galvani, para garantir a extração do fosfato, tem destruído a Caatinga e reservatórios de água, além de trazer prejuízos à saúde das pessoas que são obrigadas a conviver com a poeira durante as 24h diárias de operação. A exploração mineral em Angico dos Dias também está ligada à grilagem de terras e acirramento de conflitos internos na comunidade, conforme relatam os/as moradores/as do território.

Apesar da instalação da Galvani há quase duas décadas, Campo Alegre de Lourdes, dos municípios do Território Sertão do São Francisco com maiores dificuldades de acesso a direitos essenciais como água potável. Situação semelhante no estado é o município de São Francisco do Conde, que possui forte presença do setor mineral, no entanto, é um dos municípios mais pobres do país.

Percebe-se que as grandes vantagens propagandeadas atendem apenas aos interesses dos investidores, uma vez que o saldo que fica para o município não é dos melhores. Em geral, os recursos oriundos dos royalties que entram nos cofres da prefeitura não são usados nem para sanar



os problemas causados à população ou mesmo para manter Unidades de Saúde nas próprias comunidades. Ou seja, a conta não fecha.

Um estudo realizado na região do Sertão do São Francisco/BA pela pesquisadora Maryangela Ribeiro, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, aponta que a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM “na forma operada, não é eficaz na promoção de melhorias do bem-estar social das populações de municípios mineradores, (...) o que nos leva a afirmar que não há certeza quanto à natureza de política pública compensatória à população dos municípios impactados”. Segundo a pesquisa, não há apontamentos referentes a utilização dos recursos em “aumento proporcional aos investimentos na saúde e na educação municipal (...) além do que inexistem informações transparentes nas Prefeituras Municipais sobre o uso e a destinação deste recurso”.

Se o custo benefício não é favorável ou os recursos não chegam para a sociedade em forma de compensação, a mineração não é, portanto, sinônimo de crescimento socioeconômico para os entes federativos. Contudo, as notícias referentes às investidas dos governos e mineradoras se multiplicam a cada dia.

Violência Institucional-Uma das primeiras estratégias das empresas antes de se instalarem em determinado local é comprar as terras mapeadas para mineração. Isso é necessário porque o subsolo pode ser explorado com autorização da União, mas é preciso adquirir as áreas para assim ocupar a superfície. No entanto, muitas dessas áreas são terras públicas devolutas e estão ocupadas por uma diversidade de comunidades camponesas.

Quando não conseguem comprar essas terras, muitas empresas acabam utilizando do artifício da grilagem de terras e/ou desrespeitando os direitos socioterritoriais das comunidades onde pretende-se instalar o empreendimento. Direitos como a consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Brasil é signatário, são atropelados pelo avanço desenfreado do setor mineral.

Depois de instalada, a tendência é que a empresa mineradora sempre se expanda, pois a mineração não é uma atividade que compreende apenas a extração de minério. As áreas são usadas também para construção de estradas e ferrovias, já que o minério só tem valor se for vendido e para isso precisa ser transportado. O investimento em ferrovias é maior devido ao baixo custo deste tipo de transporte.

Se colocar contrário a essas investidas é algo necessário para quem vive do que a natureza oferece, porém pode custar a própria vida. Em muitas regiões do Brasil registram-se, inclusive, conflitos com vítimas fatais, em geral pequenos/as produtores/as rurais, indígenas, membros de comunidades tradicionais.

Todas as ameaças e impactos que a mineração causa tem alertado muitas comunidades e levado-as a resistir à instalação de mineradoras em seus territórios, ainda que em alguns momentos pareça uma luta difícil. “Nós trabalhadores tem um grande sentimento, a gente sabe que as terras pra gente plantar o milho, o feijão, a mandioca, tirar o mel, as mineradoras não deixam mais fazer isso, (...) então o sentimento é triste”, relata Ricardo Barrense, trabalhador rural de Pilão Arcado, na Bahia.

Enfrentamento-Para fortalecer a discussão acerca do tema, a CPT Juazeiro realizou nos dias 18 e 19 de maio um seminário que teve como tema “A quem interessa a mineração?”. O evento reuniu lideranças comunitárias e estudantes de comunidades hoje atingidas ou ameaçadas pela mineração na referida região. Na oportunidade, foi apresentado o cenário da mineração na América Latina e no Brasil, com destaque para as experiências desastrosas em Minas Gerais, bem como trouxe um olhar para dados regionais.

Presente no evento, o agricultor Márcio Liberato, da comunidade Retiro de Baixo, em Sento Sé, diz que há dois anos convive com a presença da Tombador Iron Mineração em sua comunidade e no entorno. Junto com ela chegaram “promessas de muita riqueza, desenvolvimento, bem estar,



qualidade de vida para a sociedade como um todo, essas melhorias que eles costumam comentar para fisgar as pessoas”, relata Márcio, afirmando que, na prática, o que se tem são injustiças sociais.

O impacto da extração de minério de ferro causado diretamente a uma média de 11 comunidades rurais de Sento Sé motivou, no início deste ano, manifestações como bloqueio de estradas – que paralisou as atividades da mineradora por 12 dias, divulgação na mídia e adesão de dezenas de pessoas ao movimento. Mas, segundo Márcio, a empresa não se dispôs a dialogar e conta com apoio do poder público local.

Outras ações têm sido realizadas pelas comunidades, a exemplo de processos nos Ministérios Públicos, romarias, debates, reuniões, ações diretas e outros instrumentos legais, etc, com intuito de garantir os direitos das comunidades e traçar estratégias para evitar a chegada destes empreendimentos em seus territórios, entendendo que depois que se instala fica mais difícil reverter os prejuízos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 31/05/2023

MÃO DE OBRA QUALIFICADA É UM DOS GRANDES DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Somente para atender o setor industrial será necessário formar 9,6 milhões de trabalhadores até 2025, segundo dados do Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025, realizado pelo Observatório Nacional da Indústria

Informações: Brasil 61

A qualificação profissional é um dos principais desafios enfrentados pela indústria brasileira, pois afeta a produtividade, a capacidade de inovação e, conseqüentemente, a competitividade empresarial. No Plano de Retomada da Indústria, apresentado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a educação é citada como um dos desafios a serem enfrentados pelo setor.

O objetivo é “garantir a formação dos jovens para o mercado de trabalho, com uma política nacional de educação profissional e tecnológica e a plena implementação do novo ensino médio – em especial o itinerário de formação técnica e profissional – e com a modernização do sistema de aprendizagem”, segundo o plano apresentado ao governo.

Dados do Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025, realizado pelo Observatório Nacional da Indústria, indicam que o Brasil precisa investir no aperfeiçoamento e na qualificação de pelo menos 9,6 milhões de trabalhadores no setor industrial até 2025.

De acordo com o gerente-executivo do Observatório Nacional da Indústria, Márcio Guerra, qualificação profissional é fundamental para conseguir se destacar no mercado de trabalho, que é altamente concorrido.

“Independente de já se ter uma formação, é preciso estar se atualizando continuamente. Isso é bom pelo lado da indústria, porque a indústria precisa fortalecer a sua produtividade para que tenhamos produtos cada vez mais competitivos no mercado, e para o trabalhador, porque ele precisa estar sempre atualizado nas novas tecnologias, competindo nesse mercado de trabalho bastante concorrido”, afirma.

Nos países desenvolvidos as empresas investem ativamente na educação profissional de seus funcionários. De acordo com um estudo do Banco Mundial, nos países membros da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), mais de metade de todas as empresas oferecem aos seus funcionários uma educação continuada. No Brasil, o nível de investimento em educação continuada é muito menor.

Para o administrador e mentor de empresas André Minucci, as próprias empresas assumem a tarefa de desenvolver a capacitação dos profissionais.



“Hoje as empresas não têm pessoas especialistas para todas as áreas. Ela não consegue ter os melhores funcionários. Os campeões nos funcionários colaboradores, os campeões eles estão nas grandes empresas multinacionais. Nas pequenas, nas médias e até grandes empresas aqui no Brasil, elas têm que transformar pessoas em campeões profissionais. Então, a empresa tem um papel de desenvolver esses profissionais e com isso ela ganha de duas formas: preparando pessoas melhores para o mundo e se tornar uma referência, ser bem falada”, explica.

Mas o governo também desempenha um papel crucial ao criar políticas de incentivo à capacitação e qualificação profissional, por meio de programas como o Jovem Aprendiz. O projeto gera oportunidades de emprego, capacitação e desenvolvimento profissional, permitindo que o jovem consiga aprender e trabalhar ao mesmo tempo.

Relações de trabalho

Outro desafio citado no Plano de Retomada da Indústria apresentado pela CNI é a melhoria das relações de trabalho, com o objetivo de buscar “alinhamento entre as legislações trabalhista e previdenciária e o avanço na modernização trabalhista, garantindo que as regras estejam alinhadas às formas modernas de se trabalhar”.

Projetos de lei como o do trabalho multifunção, por exemplo, são considerados matérias essenciais para promover uma mudança nas relações organizacionais. O trabalho multifunção possibilita a contratação de empregados para exercício de múltiplas funções, desde que sejam em áreas correlatas.

Segundo o sócio-diretor da Stratlab e especialista em tecnologia e análise de dados, Cristovão Wanderley, a multifuncionalidade no trabalho tem sido cada vez mais requisitada. Para ele, o profissional que tem facilidade e flexibilidade para assumir várias atividades ao mesmo tempo tem destaque no mercado de trabalho.

“As empresas devem aproveitar essa inteligência desse profissional para que ele exerça outras atividades dentro da empresa. Eu acabo ocupando esse tempo e consigo ter esse tempo aproveitado. Se eu tenho capacidade de saber e perguntar, de saber questionar, de saber fazer coisas diferentes, eu posso ter uma vantagem competitiva, porque eu vou fazer mais de uma coisa”, aponta.

Emprego na indústria

A indústria é um dos principais vetores do desenvolvimento econômico do Brasil. O segmento que representa 23,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor responde por 69,3% das exportações brasileiras de bens e serviços, por 66,4% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e por 34,4% da arrecadação de tributos federais, exceto receitas previdenciárias.

Para cada R\$ 1 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,44 na economia como um todo. Nos demais setores, o valor gerado é menor: R\$ 1,72 na agropecuária e R\$ 1,48 em comércio e serviços. Atualmente, a participação da indústria no emprego formal do Brasil é de 21,2%, empregando 10,3 milhões de pessoas.

Fonte: Mercos Shipping Marítima Ltda

Data: 31/05/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

XXX COOPERAPORTOS VAI TRATAR DA ESTRATÉGIA ESG NO SETOR PORTUÁRIO

Encontro será realizado entre os dias 13 e 15 de junho. Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária e integração porto-cidade serão alguns dos assuntos abordados



30º Cooperaportos

Brasília 31/05/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Porto Sudeste realizarão, entre os dias 13 e 15 de junho, o XXX Cooperaportos. O evento, que acontecerá no Porto Sudeste, localizado na Ilha da Madeira, em Itaguaí (RJ), terá como tema “A estratégia ESG aplicada ao setor portuario”.

O Cooperaportos é uma iniciativa prioritária da agenda ambiental da Agência para este ano e objetiva promover o diálogo entre os diversos atores da gestão portuária, possibilitando o debate e a busca de soluções para a atuação dos portos frente aos desafios de sua operação, bem como a troca de experiência e de difusão de boas práticas, além do diálogo interinstitucional.

O evento contará com a presença de representantes dos setores público e privado. A abertura oficial ocorrerá a partir da 8h45 do dia 13 e contará com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery.

No encontro, também será assinado um Protocolo de Intenções entre ANTAQ, Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH), Associação Brasileira dos Terminais Portuarios (ABTP) e Associação de Terminais Portuarios Privados (ATP).

O objetivo do documento é promover intercâmbio de informações e ações anuais conjuntas para o desenvolvimento de projetos, de iniciativas e de boas práticas entre empresas e entidades, área acadêmica e órgãos públicos do setor portuario do Brasil. Entre os temas prioritários estão: governança; gestão de qualidade; gestão ambiental; gestão de saúde e segurança do trabalho; responsabilidade social; operações portuárias; pesquisa desenvolvimento e inovação e objetivos do desenvolvimento sustentável e ESG.

O evento ocorrerá de forma híbrida. Interessados em acompanhar a transmissão do XXX Cooperaportos pelo Teams devem se inscrever por meio deste link. Será emitido certificado aos participantes. Programação será publicada em breve.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 31/05/2023

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM NOVO IMPULSO À INDÚSTRIA NAVAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O recente anúncio feito por Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, e Sérgio Bacci, presidente da Transpetro, sobre a intenção de revitalizar a indústria naval na região sul do Rio Grande do Sul, traz uma nova onda de esperança e oportunidade para a economia brasileira. Esse passo significativo rumo à revitalização do setor tem o potencial de desbloquear imensos benefícios econômicos, criar empregos e fortalecer a posição do país como um player global no setor marítimo.



A visita desses altos funcionários ao Estaleiro Rio Grande e as discussões realizadas durante a reunião indicam um forte compromisso em explorar todo o potencial da indústria naval na região. É um sinal claro de que chegou a hora de aproveitar os recursos naturais do Brasil, sua mão de obra qualificada e sua localização geográfica estratégica para restabelecer o País como um importante ator na construção naval, reparo de embarcações e construção de plataformas offshore.

Um dos pontos cruciais destacados na nota técnica apresentada por Cristiano Klinger, presidente da Portos RS, é a ausência de uma política nacional abrangente para incentivar essa indústria. Essa falta de abordagem coordenada tem dificultado o crescimento e a competitividade do setor naval brasileiro nos últimos anos. É imprescindível que o Governo adote uma postura pró-ativa, implementando medidas direcionadas que promovam investimentos, avanços tecnológicos e pesquisa e desenvolvimento na indústria naval.

Além disso, a sugestão de revisar os procedimentos de contratação atuais para a construção de plataformas no País é crucial. Ao simplificar e otimizar esses processos, a indústria pode se tornar mais atraente tanto para investidores nacionais quanto internacionais. Diretrizes claras, procedimentos transparentes e um quadro regulatório estável instalarão confiança e incentivarão compromissos de longo prazo por parte dos envolvidos.

Os benefícios potenciais da retomada da indústria naval vão além dos ganhos econômicos imediatos. O desenvolvimento de um setor robusto de construção naval terá um efeito multiplicador em toda a economia, gerando oportunidades de emprego, estimulando a inovação e promovendo o crescimento de indústrias relacionadas. Pequenas e médias empresas também podem se beneficiar do aumento da demanda por suprimentos e serviços, impulsionando o desenvolvimento regional e reduzindo as desigualdades regionais.

Além disso, a retomada da indústria naval fortalecerá a posição do Brasil como um jogador-chave no comércio marítimo global. A extensa costa do país, seus recursos naturais e sua localização estratégica fazem dele um polo ideal para operações de construção e reparo de navios. Ao aproveitar essas vantagens, o Brasil pode atrair empresas de navegação internacionais, fortalecer sua posição nas cadeias globais de suprimentos e aumentar suas exportações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RIO DE JANEIRO 1

A PortosRio instalou câmeras térmicas nos complexos marítimos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, para monitorar as instalações e o tráfego aquaviário. O investimento chegou a R\$ 1,5 milhão. Segundo o superintendente de Tecnologia da Informação da autoridade portuária, Carlos Cerveira, “as câmeras térmicas foram instaladas em pontos estratégicos sob a responsabilidade da autoridade portuária, incluindo canais de acesso, áreas de fundeio e berços de atracação”. Elas conseguem detectar pequenas embarcações que não possuem equipamentos como o Sistema de Identificação Automática (AIS) e que podem interferir nas manobras de navios de grande porte.

RIO DE JANEIRO 2

Essas câmeras também vão ajudar na segurança de navios e cargas. O superintendente da Guarda Portuária da PortosRio, José Tadeu Diniz, explicou que essa tecnologia vai ampliar a capacidade visual e a eficácia da vigilância. “As imagens capturadas pelas câmeras térmicas são mais nítidas à noite, em ambientes com pouca iluminação e mesmo durante condições de chuva, pois não são afetadas por limitações visuais”, afirmou.

ACRE

Uma das maiores rodovias do interior do Brasil, a BR-364 receberá investimentos de R\$ 174,9 milhões do Governo Federal em seu trecho no Acre. Serão obras de conservação em dois lotes da

via, numa extensão de 116 quilômetros. As ordens de serviço para a realização dos trabalhos foram assinadas ontem, dia 30, pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. As melhorias serão executadas por equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

ESG

A diretora-presidente da companhia de energia AES Brasil, Clarissa Della Nina Accorsi deixou o cargo nessa terça-feira, dia 30. Ela saiu da empresa para assumir a recém-criada vice-presidência de Energia Renovável e ESG da distribuidora de combustíveis vibra. Na AES, o vice-presidente comercial Rogério Pereira Jorge irá ocupar o cargo de CEO interinamente, até a escolha de um novo executivo para a função.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

“HÁ A NECESSIDADE DE DESCENTRALIZAR A ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA. A CENTRALIZAÇÃO FOI UM EQUÍVOCO DA LEI N. 12.815”

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



ENTREVISTA ROBERTO OLIVA *Presidente do conselho da Intermarítima Portos e Logística S.A. e do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP)*

“NÃO É POSSÍVEL VOCÊ TER UM PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO, SE A CADA QUATRO ANOS AS DIRETRIZES SÃO REVISTAS”

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou na escolha da equipe do Ministério de Portos e Aeroportos, com a nomeação de profissionais experientes. Mas ações estratégicas ainda são aguardadas, como a descentralização das administrações portuárias, o fortalecimento dos conselhos de Autoridade Portuária (CAP), a redução das distorções verificadas nos contratos de arrendamento portuário, principalmente no prazo, e uma maior garantia da renovação das concessões. A análise é de um dos principais executivos do setor, Roberto Oliva, presidente do conselho da Intermarítima Portos e Logística S.A. e reeleito recentemente presidente do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). Em entrevista exclusiva ao BE News, ele destacou os pontos fortes deste início de governo, os aspectos que mais o preocupam e por que ele compara algumas situações vividas pelos empresários portuários a um manicômio. Confira a seguir.

Sr. Roberto, o governo do presidente Lula completa seus cinco meses de governo, cerca de 150 dias. Pastas mais estratégias para o setor de transportes, como a de Portos e Aeroportos e a de Transportes mesmo já apresentaram suas primeiras estratégias. Temos mudanças de rumo, como no caso da desestatização das autoridades portuárias, que Brasília já descartou, e temos promessas de investimento, de retomada da industrialização. Qual sua avaliação sobre os planos do governo? Temos movo para ficarmos otimistas ou pessimistas?

Leopoldo, existe o discurso e existe a prática. E a situação ainda não está totalmente definida. Nós vemos a felicidade de o ministro (de Portos e Aeroportos, Márcio França) ser um velho conhecido do segmento e conhecer o setor portuário. Isso foi muito bom. O ministro Márcio conhece bastante o setor. Quando era líder do PSB na Câmara, ele ajudou muito a ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários) e o setor na negociação da 525 (Resolução n. 525/ 2015) e depois na Lei n. 12.815 (marco regulador do setor, aprovada em 2013). E também o nosso secretário (nacional de Portos e Transportes Aqua viários) Fabrizio (Pierdomenico) é um velho conhecido do setor, é um técnico extremamente preparado. Isso é muito Divulgação positivo pois, em postos-chaves, nós não temos nenhum neófito. E na própria estrutura da secretaria também. A Mariana Pescatori (diretora de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários), por exemplo, foi manda. Outro bom nome é o secretário-executivo, Roberto Gusmão,



ex-presidente (do Porto) de Suape e também conhece bem o setor. Então, em uma análise macro, vendo os cargos maiores, as lideranças, a gente tem a felicidade de ter pessoas bem competentes, que conhecem o mercado e tem um bom diálogo com os empresários e outras lideranças. Mas do ponto de vista de política pública, ainda não está muito claro. Estamos começando o sexto mês do governo e, nas companhias docas, ainda há indefinições. No no ponto de vista da ABTP, em relação às companhias docas, nós nunca pleiteamos a privatização. O que a gente sempre defendeu foi a profissionalização (da gestão), com uma participação maior dos operadores, seja através do restabelecimento do CAP (Conselho de Autoridade Portuária) deliberativo, seja através de modificações nos conselhos de administração. E há a questão das políticas de infraestrutura.

**“O QUE A GENTE SEMPRE DEFENDEU FOI A
PROFISSIONALIZAÇÃO (DA GESTÃO), COM UMA
PARTICIPAÇÃO MAIOR DOS OPERADORES”**

Especificamente qual questão?

Eu tenho dito em todos os fóruns de que participo disse isso, na época da transição (de governo), para a Miriam Belchior (então coordenadora do Grupo de Transição de Infraestrutura) - a infraestrutura deve ser uma política de estado. O setor de infraestrutura demanda investimentos, são projetos de longo prazo. Ele não pode estar, a cada quatro anos, ficando à mercê de uma política de governo. Não é possível você ter um planejamento de longo prazo, se a cada quatro anos as diretrizes são revistas, se as regras da renovação antecipada (dos arrendamentos portuários), por exemplo, forem revistas. Isso cria uma insegurança jurídica muito grande. Quem já está no setor fica mais cauteloso e, no momento de investir, vai pensar duas vezes. A segurança é fundamental. E o atual governo sinaliza que o que já foi conquistado, o que já foi aprovado em Congresso, que já foi votado, pode não ser mantido. E essa avaliação não tem coloração partidária. Para o Brasil e para o mundo, seria muito importante que o governo mostrasse que as regras estabelecidas são e serão cumpridas. Mesmo que se mude uma política de governo, não se pode mudar aquilo que foi aprovado, aquilo que foi licitado, que foi privatizado. Há medidas que tiveram ampla divulgação, com análise de todos os entes federativos, que o aprovaram, e elas não podem ser revistas. Isso é muito ruim para o País. Veja que o risco está com a gente. Quem responde pelas operações portuárias, hoje, é o setor privado. No universo portuário, atualmente, quase tudo é privatizado, seja através dos arrendamentos, seja através dos TUP (terminais de uso privado).

Sobre alterações nas regras do setor portuário, o sr. se refere à proposta de se criar uma outorga para a renovação de contratos de arrendamento de terminais, que o Governo apresentou durante o Santos Export?

Esse ponto é de transcendental importância. Quando você participa de uma licitação (para o arrendamento de um terminal), ela lhe dá o direito à renovação (do contrato). A União só não vai renovar o contrato se você não estiver operando bem, se você ver se recusando a fazer aqueles investimentos que foram pactuados, que seria sua obrigação. Isso é um direito. Você arrenda um terminal portuário por 70 anos. Tem uma primeira “perna” de 35 anos. E a outra é um direito seu. Você entrou naquela agenda. Não é possível que o Governo vá querer arrecadar mais uma outorga em cima do arrendatário. Isso vai onerar o setor, o comércio exterior e, no final, a própria sociedade.

A cobrança de uma outorga para renovação ainda é uma proposta, como enfatizou o secretário Fabrizio Pierdomenico. Há outras alterações nas regras do setor em vista?

Essa ideia deve ter sido lançada como um balão (de ensaio), para o secretário ver como o mercado reage. Eu não acredito que isso vá prosperar. Afinal, isso seria modificar o contrato que houve, com uma regra que não está prevista no edital de licitação. E a gente tem que respeitar aquilo que foi colocado no edital. São os contratos e os marcos jurídicos que dão a segurança para o investidor. E mesmo lançado assim, eu acho isso totalmente descabido. E quanto ao aspecto financeiro, não é por aí que o Governo vai melhorar sua arrecadação. Isso vai ocorrer com os investimentos, com aumento de capacidade, com geração de impostos, com geração de empregos, com uma melhor agilidade no comércio. E voltando às medidas necessárias ao setor, há ainda a necessidade de



descentralizar a administração. A centralização foi um equívoco da Lei n. 12.815. A Lei n. 8630, que veio antes, foi fundamental para termos os portos com o padrão atual. Ela permitiu os investimentos, com as licitações dos terminais, e trouxe os CAP, que são estratégicos ao garantir a voz regional na administração portuária. Os CAP têm um modelo bem interessante, ao reunir representantes da comunidade portuária para participar da gestão dos complexos. Entre esses representantes, estão os operadores. E quando a Lei n. 12.815 veio, centralizou tudo em Brasília, tirou todos os poderes das companhias docas e tornou o CAP de um órgão deliberativo para um consultivo. Veja que a lei até rerou o papel fiscalizador das docas e passou para a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), que é o órgão regulador e se tornou mais fiscalizador – e nesse início, com um desejo de punição enorme. Graças a Deus isso foi revisto e a Antaq, hoje, tem outra postura. Mas eu ainda acho que esse poder de fiscalizar, executar e planejar tinha que voltar para as companhias docas.

Tanto o ministro dos Portos como o secretário de Portos têm defendido uma maior descentralização, com maiores poderes para as autoridades portuárias e aos CAP. O sr. considera isso possível?

Essa é uma situação interessante. Há, sim, a vontade do ministro Márcio. Mas o Governo tem dado sinais muito contraditórios em relação às políticas públicas. Na política fiscal, ele defende um maior rigor, mas depois dá incentivos e subsídios para carro popular. Fala que defende a energia verde, mas quer aumentar o consumo de combustíveis fósseis. Promete flexibilizar a questão ambiental, mas impede a exploração de petróleo na Região Norte (nas proximidades da foz do Rio Amazonas). Enfim, os sinais são contraditórios. Mas realmente espero que Fabrício e o ministro Márcio França consigam essa descentralização, essa regionalização. O Brasil tem muitas realidades, tem uma imensidão geográfica e uma costa imensa, com cenários bem diferentes. Você não pode querer comparar um gigante como Santos com o Porto de Manaus, ou com o Porto de Belém, de Barcarena. Há diferenças até mesmo no modelo de exploração dos portos. Você tem os portos administrados pela União, tem os delegados aos governos estaduais, como Paranaguá, e os delegados aos municípios, como Itajaí. Então a descentralização será extremamente positiva, especialmente para as companhias docas, que iriam retomar a fiscalização de seus portos, de seus arrendamentos, que é a verdadeira missão delas.

Sobre o papel das autoridades portuárias, o Governo debate repassar os serviços de zeladoria, como gestão de acessos, dragagem de manutenção, para o setor privado. Essa é a solução?

Serviços como o de dragagem, de gestão do canal de acesso, isso deve ser privatizado. Pode ficar com um condomínio de usuários, com os operadores, com empresas, mas o importante é que seja privatizado, pois isso vai dar uma nova agilidade, uma outra capacidade.

E qual o melhor modelo para a gestão privada dos serviços de zeladoria? Uma gestão condominial, uma concessão a uma empresa?

Hoje, o Governo debate vários modelos. A iniciava privada, inclusive, já propôs alguns deles. Mas não se pode ignorar que esses serviços terão custos e serão valores expressivos. Assim, quem for fazer isso terá de ser ressarcido. Não tem mágica. Você vai ter de pagar o convite para ir nesse banquete, pois ninguém vai se interessar de fazer essa atividade de graça, por caridade.

“NO UNIVERSO PORTUÁRIO, ATUALMENTE, QUASE TUDO É PRIVATIZADO, SEJA ATRAVÉS DOS ARRENDAMENTOS, SEJA ATRAVÉS DOS TUP”

Mas há modelos, como o condominial, onde vai se buscar mais a eficiência do serviço do que margens de lucro.

Sim, mas você só consegue implantar tais modelos nos grandes portos, onde você tem muitos operadores, muitos terminais que podem se reunir em condomínio para realizar esse serviço. Em Santos, por exemplo, eu posso ter isso. Em Paranaguá, também. Mas em um porto menor, com dois

arrendatários, será complicado. Eu não sei nem se vai ter interesse dos arrendatários. Então esse modelo terá de respeitar aspectos geográficos, as características de cada porto.

Quanto à regulação do setor portuário, qual o maior desafio do Governo atualmente?

Hoje, vemos uma distorção gigantesca nos terminais portuários, há uma assimetria muito grande. Isso já foi, inclusive, atestado em um amplo estudo do TCU (Tribunal de Contas da União). Há assimetrias entre os TUP e os terminais arrendados. E eu advogo que os TUP tenham até mais liberdade, mas também temos de melhorar as regras para os arrendamentos. No setor portuário, nesse sentido, há o nirvana e o inferno. E os TUP são o nirvana. Em relação aos arrendamentos, você tem contratos de 70 anos, 50 anos e com 10 anos e, muitas vezes, dentro de um mesmo ponto. E isso com licitações feitas na B3, com capex expressivo. Esses regimes diferentes são um manicômio. E ainda tem o calvário da renovação. Tem o caso de uma empresa cujo nome eu não vou citar, mas ela opera granéis líquidos. Ela está há cinco anos tentando fazer uma prorrogação, uma prorrogação com expansão, com investimento. E aí o processo chega em um órgão de fiscalização e eles pedem mais dados, mais mudanças. É um manicômio. Você não consegue fazer investimento, não consegue avançar. Esses cenários têm de ser mudados. Estamos discutindo isso na ABTP.

“MESMO QUE SE MUDE UMA POLÍTICA DE GOVERNO, NÃO SE PODE MUDAR AQUILO QUE FOI APROVADO”

E qual sua proposta?

Temos de ter contratos de arrendamento com um mesmo prazo. Eles podem até ter pernas diferentes, mas o prazo final deve ser garantido, com o direito à renovação. Você não pode ficar na insegurança se você vai renovar, não vai renovar. Somente assim, conseguimos fazer os investimentos de que a economia brasileira precisa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/05/2023

NACIONAL - ANEEL JUSTIFICA AUMENTOS DE TARIFA DE ENERGIA NO SENADO

Diretor-geral da agência participou de audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura
Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, responde às indagações dos senadores ao lado do presidente da Comissão de Infraestrutura, Confúcio Moura Crédito: Geraldo Magela/Agência Senado

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, participou ontem de uma audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura do Senado. Os parlamentares cobraram a Aneel contra os aumentos das tarifas energéticas.

Os senadores apontaram alguns estados que as contas de luz tiveram os reajustes aprovados pela Aneel. Entre eles estão Alagoas, que terá aumento de 17,59% no preço final para o consumidor e em Minas Gerais que já teve aumento de 13,27%, além de Mato Grosso do Sul que teve o aumento de 9,28%.

Sandoval Feitosa explicou que a Aneel tem pouca liberdade para modificar os reajustes que são previstos por lei, o papel da Agência é determinar a forma de calcular o preço do serviço.

“Uma vez que o Congresso Nacional insere um custo por lei, sou obrigado a colocar na tarifa. Quando o Ministério de Minas e Energia [MME] contrata mais linhas de transmissão, sou obrigado a

lançar. Vamos fazer uma legislação para mudar isso? Para que a gente possa encontrar solução”, apontou o diretor-geral.

O representante da Aneel citou como exemplo uma lei sancionada no ano passado para reduzir em 5,2% as contas de luz a partir da devolução de tributos recolhidos a mais pelas distribuidoras de energia. A medida está em vigor desde junho do ano passado.

A possibilidade da produção de energia limpa também foi debatida na ocasião. Apesar do potencial econômico, Sandoval Feitosa lembrou que energia eólica é atualmente responsável por 12% da energia gerada no país, e a energia solar, por 4%. Ele explicou que a construção da infraestrutura apresenta muitas dificuldades.

“Estamos com um problema muito grande hoje para integrar as fontes renováveis, porque elas se implantam muito rápido. Mas uma linha de transmissão de alguns quilômetros pode levar de três a cinco anos para ser implantada, enquanto uma usina eólica ou solar demora um ano e meio, dois. Há um grande descompasso”, explicou aos senadores.

O diretor-geral expôs o plano de trabalho da Agência para este ano. Segundo ele, a Aneel poderá contratar novos servidores, pois está com defasagem de 30% de trabalhadores no quadro. A modernização dos serviços também está entre as estratégias do diretor-geral Sandoval Feitosa.

“O consumidor paga um único valor ao longo de todo o dia, quando sabemos que tem valores que podem ser menores em determinados horários. Então, é importante que nós modernizemos as tarifas de distribuição, com medidores inteligentes, que seja adequado a sua dinâmica e forma de viver. Por exemplo, o consumidor de telefone celular contrata o plano de acordo com a forma que ele usa. Com a energia deveria ser assim, como é em vários países”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

NACIONAL - ANAC: EMPRESAS AÉREAS DEVEM REVER REGRAS SOBRE EMBARQUE DE BAGAGEM DE MÃO

Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados discutiu ontem as medidas possíveis
Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Samantha Barbosa, que recentemente foi retirada de um voo de Salvador com destino a São Paulo, participou da audiência promovida ontem pela comissão Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Agência Nacional de Aviação (Anac) informou ontem que as empresas aéreas devem rever as regras sobre o embarque de bagagens de mão após divergências entre companhias e passageiros.

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados discutiu ontem (30) as medidas possíveis.

Na ocasião, representantes da Anac informaram que estão pedindo às empresas aéreas informações sobre a quantidade de bagagens de mão que são despachadas na porta da aeronave e até após a entrada do passageiro na cabine, por exigência da tripulação.

A discussão ganhou evidência após a passageira Samantha Vitena Barbosa ter sido retirada de um avião da Gol Linhas Aéreas que sairia do aeroporto de Salvador com destino a São Paulo. O caso aconteceu no fim de abril deste ano. Ela, que esteve presente ontem na audiência promovida pela comissão, alega racismo após o comandante da aeronave ter acionado a polícia para resolver a realocação da sua bagagem de mão.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro, preferiu não comentar o episódio justificando que ele já está sendo investigado na Justiça. Ela defendeu que as atitudes dos funcionários das companhias aéreas são responsáveis pela segurança do voo.

Jurema também lembrou que nos últimos tempos as pessoas têm procurado levar muitas bagagens a bordo e chegam ao aeroporto com pouco tempo para embarcar.

“Há uma característica realmente de que cada vez mais as pessoas embarquem com muitos volumes a bordo, e as empresas precisam então lidar com isso tendo em vista o aspecto do balanceamento da operação”, afirmou.

Segundo Henrique Hacklaender, representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas, casos como o de Samantha ocorrem semanalmente. Se foi necessário a bagagem ser acomodada, se houve outras bagagens, ou se tinham outros fatores acontecendo a bordo, isso eu não estava lá e não tenho como afirmar. Mas fato é que os tripulantes seguiram e vão continuar seguindo os protocolos”, justificou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

NACIONAL - CONSELHO ESG DO BRASIL EXPORT FARÁ MISSÃO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL

Jornada de aprendizagem ocorrerá de forma online e, depois, com atividades presenciais no mês de agosto

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



A missão internacional será realizada na Nova School of Business and Economics, faculdade localizada na capital portuguesa, Lisboa Crédito: Divulgação

O Conselho de ESG (Meio Ambiente, Social e Governança) do Brasil Export anunciou que fará em agosto uma jornada internacional sobre o tema sustentabilidade. A viagem ocorrerá no mês de agosto, conforme anunciou João Eduardo de Villemor Amaral, presidente do Conselho ESG, durante reunião com conselheiros realizada ontem (30).

Segundo Amaral, o Continente Europeu está passando por um momento muito forte de transformação, cujo a pauta de sustentabilidade tem sido um grande vetor, para impactar de forma positiva todas as empresas que fazem ou pretendem fazer negócio com a comunidade europeia.

A missão internacional, denominada pelo presidente do Conselho ESG de jornada de aprendizagem, ocorrerá de forma híbrida.

“O Conselho desenvolveu e montou uma jornada de aprendizagem no tema de sustentabilidade que vai juntar o aprendizado online junto de uma experiência prática em Portugal. Vamos ter essa jornada começando em aproximadamente 60 dias”, declarou Amaral.

A missão internacional será realizada na Nova School of Business and Economics, faculdade localizada na capital portuguesa, Lisboa, um dos principais centros de referência no assunto sustentabilidade.

“A Nova School juntou esse conceito ESG, que é um mix de jornadas, primeiramente online, com a missão empresarial que acontecerá no mês de agosto. Jornada que está aberta a todos os participantes e conselheiros do Brasil Export. Esperamos poder contribuir com os demais conselhos

e áreas de atuação, para que a gente possa fazer um produto de impacto para o nosso ecossistema do Brasil Export”, afirmou Amaral.

Bate-papo

Durante a reunião com os membros do Conselho ESG, houve uma palestra de Michelle Araújo, líder de Sustentabilidade da Unilever, e Leonardo Silvério, diretor de Logística da Unilever no Brasil. Ambos puderam falar das ações da empresa quanto à pauta de sustentabilidade, além de abrir um debate sobre o tema com os demais participantes.

Ao final da reunião, João Eduardo de Villemor Amaral fez um convite aos dois convidados para que ambos possam participar e ser conselheiros do Conselho ESG do Brasil Export.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

NACIONAL – NORDESTE EXPORT 19 E 20 DE JUNHO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



NORDESTE EXPORT 2023
19 E 20 DE JUNHO

TEMAS EM DESTAQUE

- Transporte ferroviário
- Energias renováveis e transição energética
- Multimodalidade e logística integrada
- Gestão de portos públicos

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

BE NEWS

NORDESTE EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

REGIÃO SUDESTE - CONSELHO DEFINE MAIS DEZ METAS DA NOVA GESTÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Entre as prioridades, construção do túnel submerso Santos-Guarujá e edital de concessão da dragagem

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



A Autoridade Portuária de Santos informou que nove metas da gestão anterior para o complexo portuário serão mantidas para a atual diretoria
Crédito: Divulgação/APS

O Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária de Santos (APS) aprovou dez novas metas propostas pela nova gestão do diretor-presidente Anderson Pomini e sua equipe de diretores. Dentre as novas metas destacam-se as providências para a construção do túnel submerso Santos-Guarujá; a

revitalização dos armazéns portuários 1,2,3 e 7, bem como a publicação do edital dos serviços permanentes de dragagem, entre outras de caráter operacional.

A Autoridade Portuária de Santos informou que nove metas da gestão anterior serão mantidas para a atual diretoria. A aprovação ocorreu durante a última reunião do Consad, realizado em 23 de maio.

“Incluimos 10 novas metas que atendem às orientações do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para melhorar a relação Porto-Cidades. E fizemos questão de, ao mesmo tempo, dar ainda mais atenção aos temas de caráter operacional para melhorar e garantir o funcionamento e expansão do maior porto do hemisfério sul”, afirmou o presidente Anderson Pomini.

Ao todo, serão 19 metas executivas da Autoridade Portuária de Santos, que são vinculadas a seis temas prioritários, conforme definiu a nova gestão.

A APS informou que as metas aprovadas já estão em andamento a cargo das equipes comandadas pelos diretores Bernadete Mercier, de Administração e Finanças; Carlos Magano, de Infraestrutura; Eduardo Lustoza, de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, e Antônio de Pádua, de Operações.

Os temas tratados como prioritários pela atual gestão da APS são: Integração Porto-Cidades; Melhoria da Infraestrutura; Valorização dos Trabalhadores; Aprimoramento da Governança; Transformação Digital e Expansão Sustentável do Porto de Santos.

QUADRO

Metas firmadas em 2022

1. Elaborar e publicar releases trimestrais de resultados comentados pela administração;
2. Encaminhar ao Conselho de Administração os relatórios mensais de resultados;
3. Aprovar todos os balanços trimestrais (1T2023, 2T2023 e 3T2023) sem ressalvas;
4. Manter o percentual de horas extras em no máximo até 2% da folha de pagamento;
5. Institucionalizar os procedimentos de Due Diligence de Integridade (DDI) e Background Check de Integridade (BCI);
6. Tornar online as solicitações de previsões de navios com todos os requisitos que vem na RAP/relatório de infraestrutura, tirando o envio atual em formato de papel;
7. Parceria com Instituição de Ensino Superior para bolsas de pós-graduação aos empregados da APS;

8. Formalização perante à SPU da documentação necessária para regularização documental do Lote 02 do Programa de Regularização Documental das áreas da União;
- 9 Implemento de duas novas Normas de Autoridade Portuária (NAPs) que tratam de interferências ferroviárias e informatização. Apresentação de informações em caráter obrigatório.

Novas metas:

9. Publicação do edital da licitação do projeto básico do Túnel Santos-Guarujá;
10. Publicação dos editais de dragagem de manutenção e de estudo para dragagem de aprofundamento;
11. Obtenção das autorizações das áreas do Exército e Transpetro para implementação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS);
12. Elaboração de estudos para revisão do projeto da 2ª fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda;
13. Promover a reabertura do Museu do Porto de Santos.
14. Implantar programa de visitação permanente das áreas portuárias;
15. Publicação de edital objetivando a revitalização dos Armazéns 1, 2 e 3; e programa de destinação de uso do Armazém 7;
16. Encaminhamento do relatório técnico da modelagem para licitação da área de arrendamento STS 10, no âmbito do planejamento do Governo Federal, em conjunto com os órgãos anuentes;
17. Início das operações e de investimentos da agência gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips);
18. Realizar chamamento público para implementação de novos berços de atracação na região da Alemoa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/05/2023

REGIÃO SUL - PETROBRAS E TRANSPETRO ANUNCIAM INTENÇÃO DE RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL NO RS

Presidente da estatal recebeu nota técnica da Autoridade Portuária com sugestões sobre retomada do setor

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



Os presidentes da Petrobras e da Transpetro, que cumprem agenda pelo sul do país, visitaram as instalações do Estaleiro Rio Grande Crédito: Divulgação/Portos RS

Os presidentes da Petrobras, Jean Paul Prates, e da Transpetro, Sérgio Bacci, anunciaram uma intenção de retomada da Indústria Naval na Zona Sul do Rio Grande do Sul. Os dois, que cumprem agenda pelo sul do país, estiveram ontem (30) no Estaleiro Rio Grande.

Uma das autoridades presentes no encontro, Cristiano Klinger, presidente da Portos RS, Autoridade Portuária gestora dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, entregou uma nota técnica a Prates contendo sugestões que poderiam auxiliar na retomada do setor na Zona Sul do estado.

Entre os pontos listados no documento, destacam-se a ausência de uma política nacional de incentivo e sugestão de revisão da forma de contratação de construção de plataformas no país.

Durante a agenda, os integrantes da comitiva puderam visitar o espaço do estaleiro Rio Grande e ver in loco as potencialidades da estrutura.

“As estruturas estão prontas para trabalhar. Estamos aqui analisando as condições finais para a retomada de todo esse processo no Brasil todo, mas particularmente aqui é simbólico para nós”, afirmou o presidente da Petrobras.

Investimentos

Dando continuidade à agenda, a comitiva participou de uma reunião na Câmara do Comércio, promovida pela Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR), na qual foi tratada a implementação de testes na produção de biocombustíveis, a partir da utilização de matéria prima renovável.

A estatal vai realizar um investimento de R\$ 45 milhões para transformar a RPR na primeira biorrefinaria do país. A expectativa é de que os primeiros testes aconteçam no mês de novembro deste ano.

De acordo com Prates, os testes na RPR demonstram o compromisso da companhia com a transição energética, uma vez que a Petrobras possui participação acionária na refinaria, junto à Ultra e a Braskem.

“A Petrobras é pioneira no desenvolvimento de tecnologia capaz de impulsionar oportunidades para o biorrefino no Brasil. Em parceria com os nossos sócios na Refinaria de Petróleo Riograndense, estamos perseguindo a descarbonização dos nossos processos, gerando produtos com conteúdo renovável, mais sustentáveis e eficientes para a sociedade”, analisou Jean Paul Prates.

Hub

Presente na reunião promovida pela RPR, o governador Eduardo Leite (PSDB) reiterou que o investimento feito pela Petrobras irá se somar às iniciativas do governo gaúcho para transformar o estado em um grande hub de produção de energia, a partir de meios sustentáveis.

“A gente sabe que esses R\$ 45 milhões de reais para investimentos na fase de testes são um primeiro passo concreto que vai viabilizar um investimento muito maior do que este”, afirmou o governador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 31/05/2023

REGIÃO SUL - PORTOS DO PARANÁ REALIZA SIMULADO DE EMERGÊNCIA DE INCÊNDIO EM PARANAGUÁ

Ação ocorreu em um guindaste da empresa Harbor Operações Portuárias
Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



O teste simulou um incêndio dentro da casaria de um guindaste operacional, com a fumaça tomando conta da parte interna do equipamento Crédito: Claudio Neves/Portos do Paraná

O cais do Porto de Paranaguá (PR) foi palco na última segunda-feira (29) de um simulado de atendimento de emergência. O teste simulou um incêndio dentro da casaria de um guindaste operacional da empresa Harbor Operações Portuárias, com a fumaça tomando conta da parte interna

do equipamento, obrigando o operador a abandonar o local por fora do guindaste, utilizando acesso por cordas.

Segundo a Portos do Paraná, o cenário de acidente enfrentado foi de um superaquecimento em um motor diesel que gera um princípio de incêndio na casaria de um guindaste MHC em atividade de manutenção.

O alarme de emergência da máquina foi disparado, assim como foi acionada pelo rádio a equipe de brigadistas da empresa, que não conseguiu conter o fogo e atestou que a ocorrência era de grande proporção. Diante do cenário, foram acionados a Guarda Portuária, o Corpo de Bombeiros e a ambulância do Ogmo (Orgão Gestor de Mão de Obra) Paranaguá.

Devido à grande quantidade de fumaça dentro do casario, o guindasteiro observou que não era possível descer internamente do equipamento. Através do rádio foi comunicado da evacuação pelo equipamento de resgate disponível. O profissional vestiu o cinto de segurança, conectou o equipamento no ponto de ancoragem e, conforme treinamento e orientação, se lançou para o lado de fora do equipamento, descendo de rapel, quando foi recebido pelas equipes de resgate.

Carros do Corpo de Bombeiros e ambulâncias foram mobilizados no atendimento. Em menos de dez minutos depois de acionados, já estavam no local. A simulação durou cerca de 20 minutos.

São previstos quatro simulados por ano, de responsabilidade das empresas signatárias do Plano de Auxílio Mútuo (PAM).

“Fazemos um sorteio para determinar a empresa responsável pela atividade e agora em maio foi a Harbor. É como um time de futebol, temos que realizar treinamentos para que na hora que esteja valendo, tudo aquilo que foi planejado seja realizado com sucesso. Treinamos para que, se ocorrer algum evento não desejado, as ações corretivas de atuação estejam bem ensaiadas, diminuindo o risco de vítimas e de piorar a situação”, analisou Felipe Zacharias, assessor especialista da Diretoria de Meio Ambiente da Portos do Paraná.

Segundo a Autoridade Portuária, um relatório completo com todas as ações do simulado, do início ao fim, será apresentado na próxima reunião do PAM.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/05/2023

PORTUGAL - PORTO DE LISBOA SEDIA CONFERÊNCIA DE DIREITO PORTUÁRIO E MARÍTIMO

Encontro foi promovido pela Associação dos Portos de Língua Portuguesa

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Foram apresentados painéis que discutiram Direito das Concessões e Licenças Portuárias; Trabalho Portuário; e Direito do Transporte Marítimo e Segurança Marítima Crédito: Divulgação

O Porto de Lisboa, em Portugal, sediou na segunda-feira (29) a Conferência de Direito Portuário e Marítimo promovida pela Associação dos Portos de Língua Portuguesa (Aplop).

A cerimônia de abertura contou com a presença de João Pedro Neves, presidente da Associação dos Portos de Portugal; Ireneu Camacho, presidente da Aplop; e Moreira da Silva, coordenador do Grupo de Trabalho do Direito Portuário e Marítimo dos Países de Língua Portuguesa.

Durante o dia, foram apresentados três painéis que discutiram os seguintes temas: Direito das Concessões e Licenças Portuárias; Trabalho Portuário; e Direito do Transporte Marítimo e Segurança Marítima.

Durante as conversas, os convidados abordaram questões como as diferenças entre privatizações e concessões e modelos de gestão portuária aplicados nos países integrantes da Aplop, que tem associados na África, Ásia, América do Sul e Europa.

Entre os convidados, o Brasil foi representado por Murillo Barbosa, presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Beatriz Gallotti, advogada especializada no setor portuário; Guilherme Dray, advogado; Lucas Rênio, advogado; Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop); Marcus Sammarco, vice-presidente da Comissão do Direito Portuário da OAB; e Wilson Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Já a Autoridade Portuária do Porto de Lisboa e de Setúbal (APL) foi representada pelo presidente Ricardo Roque.

Fenop

Em entrevista ao BE News, Sérgio Aquino, presidente da Fenop, falou sobre sua participação, de maneira remota, na conferência. Ele foi convidado para explicar durante o Painel “Trabalho Portuário”.

De acordo com ele, a conversa foi sobre a evolução da legislação portuguesa que versa sobre o trabalho portuário. “Hoje o trabalho portuário em Portugal é regido pela lei geral do país, a mesma que gere o trabalhador de qualquer setor”.

Segundo ele, isso é uma evolução para o segmento portuário lusitano, já que agora existe “liberdade plena de contratação”, o que não existia há pelo menos cinco anos atrás, quando Portugal, assim como o Brasil, era obrigado a contratar trabalhadores operacionais via Ogmo (o órgão gestor de mão de obra portuária do país).

“O movimento de flexibilizar as regras de contratação de trabalho portuário foi mundial. Os únicos países que ainda usam o critério de exclusividade (via Ogmo) são o Brasil e a Bélgica. Mas, vale ressaltar que a Bélgica já está em procedimento de alteração da legislação”, explicou Aquino.



Smart Ports 2023 - AAPA
19 a 21 Julho | Boston/EUA

AAPA ESSENTIAL. RESILIENT. UNITED
LOS PUERTOS CREAN RIQUEZA
OS PORTOS CRIAM RIQUEZA

BRASIL EXPORT
FORNHEIRO NACIONAL DE LOGÍSTICA,
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PROGRAMA (JULHO)

- 18 | Jantar de Abertura
- 19 | Smart Ports
- 20 | Smart Ports
- 21 | Smart Ports

Jantar de Encerramento

Pacote inclui: Ticket de Smart Ports, Hospedagem no Rever Hotel Boston Common (Hotel oficial do evento)

Solicite os detalhes dos pacotes de viagem e outras informações pelo email: hevelyn@bassaturismoeventos.com.br



O presidente da Fenop disse que o Brasil ainda é um país atrasado nesse sentido, por isso há necessidade de uma atuação conjunta entre empresários, associações e o governo para estabelecer mudanças no regramento que visem flexibilizar as regras de contratação.

Conferência reuniu especialistas e autoridades na Gare Marítima de Alcântara, no Porto de Lisboa

“Portugal é um exemplo de como os países modernos evoluíram no trabalho portuário, sempre flexibilizando e buscando um regramento de trabalho comum. E o governo brasileiro precisa entender isso e tirar as travas do setor portuário. E hoje, a gestão laboral portuária é uma grande trava”, diz.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/05/2023

NACIONAL - NOVAS MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO DE PORTOS SÃO DEBATIDAS NA CONADIMP

Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário abordou modelos de exploração portuária em painel

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A Conadimp começou na segunda-feira e terminou ontem, reunindo magistrados, advogados, autoridades dos setores portuário, marítimo e empresários Crédito: Divulgação

Os modelos de exploração portuária e as novas perspectivas para o Brasil foram temas de um painel exposto ontem (30) na Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário (Conadimp), no Rio de Janeiro.

A conversa foi mediada por Ingrid Zanella, presidente da Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), e contou com a presença de Fabrizio Pierdomenico, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários; Ilson Hulle, diretor-presidente da VPorts; Flavia Takafashi, diretora da Antaq (diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários); Mário Povia, presidente do Conselho de Administração da Appa/Portos do Paraná; e Alvaro Luiz Savio, diretor-presidente da PortosRio.

Em entrevista ao BE News, Ingrid explicou que o debate girou em torno das novas modalidades de exploração dos portos e terminais que estão sendo estudadas pelo atual governo e como deve ser a política para que os planos da nova gestão sejam efetivados.

Segundo ela, o secretário de Portos reafirmou que as Autoridades Portuárias do país se manterão públicas, mas há o interesse dele em conceder aos operadores portuários alguns serviços que hoje são de responsabilidade das estatais, como a zeladoria dos portos. Inclusive, Pierdomenico já detalhou a proposta em entrevista concedida ao BE News em abril deste ano.

“Discutimos novas regulações que podem desburocratizar o desenvolvimento portuário e as possibilidades de chamamentos públicos para exploração de áreas, mas claro, mantendo a necessária segurança jurídica para todos os envolvidos”, detalha Ingrid.

A advogada conta ainda que, Ilson Hulle, diretor-presidente da VPorts – administradora privada do Porto de Vitória (ES) – destacou as mudanças que estão sendo implementadas no complexo após a privatização ocorrida no ano passado e as vantagens do modelo inédito no país.

A VPorts, antiga Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), tem, de acordo com Hulle, previsão de investimentos de R\$ 130 milhões em obras de infraestrutura e espera dobrar a movimentação de cargas até 2028, passando das atuais 7 milhões de toneladas por ano para 15 milhões de toneladas anuais.

O presidente falou também sobre a agilidade que o novo modelo trouxe, como por exemplo, a assinatura, em seis meses, de dois contratos privados de arrendamento, algo que, segundo ele, não seria possível em tão pouco tempo no modelo público (que envolve licitação).

Já Álvaro Luiz Savio, diretor-presidente da PortosRio, ressaltou em sua fala a importância da força-tarefa formada pela Autoridade Portuária, Secretaria Estadual de Energia e Economia do Mar e o Inea, para remover ainda neste ano 51 embarcações de madeira abandonadas na Baía de Guanabara.

Álvaro citou que o problema espera por solução há anos e que o trabalho é fruto de um estudo que começou em novembro do ano passado, após um navio abandonado bater na Ponte Rio-Niterói.

Porém, de acordo com ele, a retirada envolve apenas as embarcações que são de madeira porque são mais fáceis de manejar. Os navios que são de aço e ferro demandam outro tipo de ação para serem removidos, o que ainda não tem prazo para acontecer.

A Conadimp

A Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário começou na segunda-feira (29) e terminou ontem (30), reunindo magistrados, advogados, autoridades dos setores portuário, marítimo e empresários, que debateram os principais desafios do mercado e a necessidade de varas e câmaras do Judiciário especializadas no Direito Marítimo e Portuário, entre outros temas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - NEGOCIADO X LEGISLADO



CELSO PEEL

desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo e presidente do Conselho Jurídico do Centro de Estudos Brasil Export



LETÍCIA FELIX

Coordenadora jurídica da Brasil Terminal Portuário, Membro da Comissão de Direito Portuário da OAB/Santos



opiniao@portalbenews.com.br



Recentemente fora publicado acórdão do leading case cujo julgamento, ocorrido em 02.06.2022, fixou por unanimidade de votos a tese referente ao Tema 1046 do Ementário de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal (STF), reconhecendo a “prevalência do negociado sobre o legislado”, nos seguintes termos:

“São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.”.

Na análise do processo, o Excelso STF deu provimento, por maioria de votos, ao recurso extraordinário com agravo em que se discutiu, à luz dos arts. 5º, inciso II, LV e XXXV; e 7º, incisos XIII e XXVI, da Constituição Federal, a manutenção de norma coletiva de trabalho que restringiu



direito trabalhista, no caso, a supressão do pagamento de horas in itinere, com base em previsão em instrumento coletivo da categoria, que era anterior à reforma trabalhista.

Muito acertada, a decisão do Supremo reforçou a importância da negociação coletiva como uma relevante ferramenta de conciliação de interesses na esfera trabalhista, principalmente em cenários e setores que não possuem respaldo da legislação vigente ou que apresentam peculiaridades, como o setor portuário.

Neste íterim, vale reforçar que muitas das controvérsias anteriormente sumuladas pelo Tribunal Superior do Trabalho foram tratadas na reforma trabalhista, em 2017. Em seu voto, por exemplo, o exmo. ministro Gilmar Mendes destacou que a Lei 13.467/2017 acrescentou à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) dois dispositivos que definiram, de forma positiva e negativa, os direitos passíveis de negociação coletiva, sendo o artigo 611-A, que prevê a prevalência da convenção coletiva e do acordo coletivo de trabalho sobre a lei, e o artigo 611-B da CLT, que lista as matérias que não podem ser objeto de transação.

É certo que a Constituição Federal de 1988, em diversos incisos do art. 7º, prestigiou a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos trabalhistas, consubstanciada nos acordos e convenções coletivas, garantindo, de forma enfática, o direito à negociação. O mesmo acontece com as legislações infraconstitucionais.

No âmbito portuário, por exemplo, vale mencionar a previsão trazida pela Lei 12.815/2013, que dispõe, em seu art. 43, as condições que são passíveis de negociação coletiva, como a remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos e a multifuncionalidade. Isso demonstra a intenção do legislador em privilegiar a autonomia e autocomposição dos entes que participam das negociações neste setor.

Vale destacar, contudo, que mesmo com a fixação da tese pelo STF, a matéria ainda depende de maturação jurisprudencial pelos tribunais e varas de origem, observando as diretrizes constantes do voto do relator. Neste sentido, o julgador não poderá analisar legislação de forma isolada, devendo considerar todo o ordenamento jurídico na verificação dos temas que prevalecerão sobre as leis em uma negociação coletiva.

Para tanto, o relator min. Gilmar Mendes estabeleceu em seu voto três premissas básicas para revisão judicial de normas coletivas, que deverão ser observadas pela Justiça do Trabalho: (i) princípio da equivalência entre negociantes; (ii) teoria do conglobamento na apreciação das normas coletivas; e (iii) disponibilidade ampla dos direitos trabalhistas em normas coletivas, salvo direitos absolutamente indisponíveis.

A primeira premissa diz respeito à aplicação do princípio da equivalência entre os agentes sociais, sindicato profissional e empregador ou sindicato econômico, reconhecendo a simetria que existe entre ambas as partes, afastando a crença que a negociação coletiva gera vantagens apenas aos empregadores.

No direito coletivo do trabalho, não se justifica a aplicação do princípio da proteção, típico do direito individual, onde existe assimetria entre trabalhador e empregador, em face da hipossuficiência do primeiro.

A segunda premissa diz respeito à aplicação da teoria do conglobamento na apreciação de um instrumento coletivo de trabalho, uma vez que este contempla concessões mútuas, em linhas gerais, com previsão de vantagens e desvantagens às partes.

Segundo esta teoria, havendo conflito entre o que foi estabelecido por negociação coletiva e a lei, deverá prevalecer o que for mais favorável aos empregados, no seu conjunto ou em sua totalidade, não podendo existir fracionamento ou necessidade de dissecação de compensações individuais no texto, ou seja, “independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias”.



Por derradeiro, o ministro Gilmar Mendes defendeu a disponibilidade ampla dos direitos trabalhistas por meio da negociação coletiva, respeitado o patamar mínimo civilizatório, constando da tese a expressão “direitos absolutamente indisponíveis”. Neste sentido, fora privilegiado o princípio da intervenção mínima na autonomia coletiva privada.

Referido princípio é consagrado na Reforma Trabalhista, de forma expressa no art. 8º, § 3º, da CLT, de modo a guiar o aplicador do direito, em especial a Justiça do Trabalho, quando da análise dos acordos e convenções coletivas de trabalho, com uma nova lógica, visando garantir maior liberdade de negociação, transferindo o protagonismo aos atores sociais envolvidos, sem intervenção ou interferência do Estado.

Com efeito, a ideia do princípio da intervenção mínima é possibilitar à categoria profissional, por meio do seu sindicato representante, estabelecer as condições de trabalho aplicáveis à atividade, uma vez que este ente é quem detém os melhores elementos para avaliar eventuais vantagens e desvantagens da negociação coletiva.

O sistema brasileiro de autonomia privada coletiva é o de normatização privatística subordinada, ou seja, atribui aos atores sociais a criação de normas gerais e abstratas, por meio da negociação coletiva, condicionada a sua validade apenas ao preenchimento dos elementos de validade do negócio jurídico (CLT, Art. 8º. § 3º) e à observância das matérias excluídas da possibilidade de negociação pela norma heterônoma estatal, *concessum dicitur quidquid expresse prohibitum non reperitur*, ou seja, tudo o que não é expressamente proibido é dito permitido, respeitando-se as normas jurídicas de indisponibilidade absoluta.

Para o ministro Alexandre Ramos, do Tribunal Superior do Trabalho, “procurando dar maior objetividade ao conceito, devem ser entendidos como direitos absolutamente indisponíveis, à luz da sistemática já exposta, aqueles previstos (1) nas normas constitucionais fechadas e/ou proibitivas, (2) nas normas internacionais incorporadas ao direito brasileiro, desde que autoexecutáveis e (3) nas normas infraconstitucionais que expressamente afastam a negociação coletiva.”.

Neste sentido, analisando as recentes decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho, é possível observar que os ministros estão alinhados com a tese fixada pelo STF. A exemplo, citamos a recentíssima decisão proferida nos autos nº RR-11439-30.2015.5.01.0551, que entendeu pela validade de norma coletiva que permitia a fixação de jornada acima de seis horas diárias em turnos ininterruptos de revezamento, em atividade insalubre, o que era permitido apenas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, por força do art. 60 da CLT.

Temos, portanto, que a tese fixada no Tema 1046 está alinhada com a Constituição e buscou dar segurança jurídica aos instrumentos coletivos, reconhecendo a negociação coletiva como a melhor e mais democrática forma de pacificação dos conflitos coletivos de trabalho e de arranjos setoriais de atividades econômicas e profissionais, reconhecendo o protagonismo das normas aos atores sociais envolvidos na negociação, favorecendo a autonomia das partes no estabelecimento das condições de trabalho e privilegiando o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECE A VALIDADE DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO QUE LIMITEM OU AFASTEM DIREITOS TRABALHISTAS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO – TEMA 1046

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 31/05/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP



CONSELHO APROVA 10 NOVAS METAS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Informações: Agência Porto Consultoria (31 de maio de 2023)

O Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária de Santos (APS) aprovou, na sua última reunião (23 de maio), 10 novas metas propostas pela nova gestão do presidente Anderson Pomini e diretores. Além disso, manteve 9 metas anteriores. Dentre as novas metas destacam-se as providências para a construção do túnel Santos-Guarujá; a revitalização dos armazéns 1,2,3 e 7, bem como a publicação do edital dos serviços permanentes de dragagem, entre outras de caráter operacional.

“Incluímos 10 novas metas, que atendem às orientações do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para melhorar a relação Porto-Cidades. E fizemos questão de, ao mesmo tempo, dar ainda mais atenção aos temas de caráter operacional para melhorar e garantir o funcionamento e expansão do maior porto do hemisfério sul”, disse o presidente Anderson Pomini, ao comemorar a aprovação das metas pelo Consad.

As novas metas atendem reclamos da comunidade portuária e da população regional, como a realização de estudos para revisão do projeto da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, no Guarujá. Também foi incluído o encaminhamento do relatório técnico da modelagem do STS 10, o início dos investimentos da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), entre outras.

As metas aprovadas já estão em pleno andamento a cargo das equipes comandadas dos novos diretores: Bernadete Mercier, de Administração e Finanças; Carlos Magano, de Infraestrutura; Eduardo Lustoza, de Desenvolvimento de Negócios e Regulação e Antônio de Pádua, de Operações.

Toda equipe de Autoridade Portuária está empenhada em cumprir as metas, que então dentro dos 6 temas prioritários em vigor na APS: Integração Porto-Cidades; Melhoria da Infraestrutura; Valorização dos Trabalhadores; Aprimoramento da Governança; Transformação Digital e Expansão Sustentável do Porto de Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 31/05/2023

PORTOSRIO INSTALA CÂMERAS TÉRMICAS NOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E ITAGUAÍ PARA MAIOR SEGURANÇA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Informações: Agência Porto Consultoria (31 de maio de 2023)

A PortosRio concluiu com êxito a instalação de câmeras térmicas nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí. Essas câmeras de última geração são utilizadas para monitorar as instalações e o tráfego aquaviário, representando uma abordagem moderna para o gerenciamento da infraestrutura portuária e fortalecendo significativamente a segurança e a eficiência operacional. O investimento da Autoridade Portuária foi de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, realizado por meio de um processo licitatório.

Carlos Cerveira, superintendente de Tecnologia da Informação da PortosRio, explicou sobre a colocação das câmeras térmicas nos portos organizados: “As câmeras térmicas foram instaladas em pontos estratégicos sob a responsabilidade da Autoridade Portuária, incluindo canais de acesso, áreas de fundeio e berços de atracação. Essa cobertura abrangente nos permite identificar possíveis condutas indevidas dentro de nossa jurisdição”.

No que diz respeito ao controle do tráfego aquaviário, Cerveira destacou os benefícios proporcionados por essa tecnologia, como a melhoria da segurança, a redução de acidentes e o aprimoramento da capacidade operacional do porto, especialmente durante as operações noturnas. “Com as câmeras térmicas, podemos detectar pequenas embarcações que não possuem equipamentos como o Sistema de Identificação Automática (AIS) e que podem interferir nas manobras de navios de grande porte”, afirmou Cerveira.



No monitoramento do cais e dos berços de atracação, as câmeras térmicas desempenham um papel crucial na segurança das embarcações e cargas. José Tadeu Diniz, superintendente da Guarda Portuária, ressaltou a complementaridade desses novos equipamentos com as câmeras ópticas e de CCTV existentes, ampliando significativamente a capacidade visual e a eficácia da vigilância. “As imagens capturadas pelas câmeras térmicas são mais nítidas à noite, em ambientes com pouca iluminação e mesmo durante condições de chuva, pois não são afetadas por limitações visuais. Isso auxilia grandemente em nossos esforços para prevenir incidentes e atos ilícitos, possibilitando maior precisão na detecção precoce de atividades suspeitas, resposta rápida a potenciais ameaças e redução de alarmes falsos”, explicou Diniz.

O Porto do Rio de Janeiro possui instalações certificadas pelo Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-Code), um padrão internacional de segurança estabelecido pela Organização Marítima Internacional (IMO). Para obter essa certificação, as instalações devem atender a requisitos rigorosos de monitoramento e controle de acesso, além de passarem por inspeções regulares.

O superintendente de TI, Carlos Cerveira, também enfatizou o compromisso contínuo da PortosRio em investir em soluções tecnológicas para aprimorar a segurança física das instalações portuárias e do tráfego aquaviário. “Buscando constantemente modernizar nossa infraestrutura portuária e proporcionar um ambiente portuário seguro e eficiente para os usuários, nossos próximos projetos incluem a instalação de radares na Baía de Guanabara, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a Marinha do Brasil, além da implementação do ISPS-Code no Porto de Itaguaí”, revelou Cerveira.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 31/05/2023

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL RECEBE HABILITAÇÃO PARA EXPORTAR MILHO À CHINA

Informações: Agência Porto (31 de maio de 2023)

O Terminal Graneleiro do Porto de São Francisco do Sul atende a todos os requisitos sanitários e aos padrões de qualidade exigidos pela China para exportação de milho.

Por isso, nesta semana, recebeu habilitação do Ministério da Agricultura do Brasil, que permite o embarque do grão ao país asiático.

A certificação, feita pelas autoridades brasileiras em parceria com a China, garante que o terminal portuário cumpre exigências como quarentena, transporte, armazenamento e processamento adequado do cereal.

A China começou a aceitar embarques brasileiros de milho no final do ano passado, após o aumento das tensões com os Estados Unidos, seu principal fornecedor do grão.

Cobrou, no entanto, uma certificação especial do Ministério da Agricultura, cujos representantes visitaram o Porto de São Francisco, no início de maio, conferindo as condições fitossanitárias do Terminal Graneleiro.

Agora, o registro aprovado será enviado à Administração Geral de Alfândegas da China, que oficializará a permissão de exportação de milho a partir do porto catarinense.

Para o presidente do Porto, Cleverton Vieira, a habilitação do Terminal Graneleiro, administrado pelo Porto, é uma grande conquista.

“Graças aos melhoramentos feitos nos últimos meses e atendendo às orientações do governador Jorginho Mello, atingimos todos os níveis de qualidade determinados pela China que, com a compra de milho aumenta a sua parceria econômica com Santa Catarina, consolidada há anos com a exportação de soja”.



Desde o início do ano, a administração do Porto está investindo R\$ 10 milhões em obras no Terminal Graneleiro. As melhorias incluem a revitalização da linha férrea, ampliação da balança rodoviária para atender caminhões maiores e a recuperação das vias internas, com a implantação de pavimento rígido, adequado à intensa circulação de veículos pesados no recinto.

Em razão desse investimento, nos primeiros quatro meses de 2023 o Terminal Graneleiro alcançou um novo recorde: recebeu 586 mil toneladas de grãos, principalmente, soja.

O número representou um aumento de 22% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram recebidas 481 mil toneladas.

Retrospectiva

Historicamente, entre os maiores compradores de milho embarcados pelo Porto de São Francisco estão Egito, Irã, Espanha e Japão.

Apesar de o Brasil ser o segundo maior exportador mundial de milho, a exportação para China foi quase nula nos últimos anos, já que o país é rigoroso quanto aos riscos de doenças e pragas.

A China, entretanto, compra a maior parte da soja do Brasil que, junto ao milho, é o principal insumo para a ração animal usada na alimentação de seu rebanho suíno.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 31/05/2023*

ESTOQUE RUSSO DE TRIGO ATINGE 12 MILHÕES DE T, 2 VEZES MAIOR QUE MÉDIA DE 5 ANOS

Informações: Money Times (31 de maio de 2023)

A consultoria agrícola russa SovEcon afirmou que os estoques de trigo nas fazendas russas somavam 12 milhões de toneladas, até o dia 1º de maio de 2023.

O diretor da SovEcon, Andrey Sizov, afirmou que os resultados são duas vezes maiores do que a média dos últimos cinco anos, ressaltando as estimativas do serviço estatístico federal Rosstat.

“O aumento substancial nos estoques pode ser atribuído à safra recorde de trigo e às exportações relativamente lentas no início da temporada de exportação”, argumentou ele, em nota.

Entre as áreas produtoras da Rússia, a região do rio Volga registrou o maior aumento nos estoques do cereal, com aproximadamente 2,7 milhões de toneladas, alta de 108% em relação ao ano passado. Os estoques na região central do país totalizaram 3,9 milhões de toneladas, aumento de 95% ante 2022. No Sul, estão 2,9 milhões de toneladas, marcando um aumento de 45% em comparação com 2022.

O Rosstat estima safra de trigo russa em 104,2 milhões de toneladas, 32% superior à média de cinco anos. Apenas no terceiro trimestre de 2022, as exportações de trigo foram estimadas em 10,1 milhões de toneladas, 16% abaixo da média.

“Apesar do ritmo de exportação relativamente lento no terceiro trimestre, a SovEcon espera um recorde de exportações para a temporada”, afirmou o diretor Sizov, destacando a previsão de vendas externas de 44,5 milhões de toneladas. “Espera-se que os estoques recorde de trigo continuem impulsionando as exportações russas de trigo e exercendo pressão sobre os preços globais”, completou Sizov.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 31/05/2023*



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GNL EM PEQUENA ESCALA DIVIDE MERCADO NA ANP

Elos da cadeia de gás natural estão divididos sobre a regulação na ANP para a venda de GNL a granel para projetos de pequena escala

Por epbr 31 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Mercado de gás, Política energética



NTS estuda entrada no negócio de GNL de pequena escala (Foto: Galileo/Divulgação)

Os conflitos federativos na regulação do gás natural estão de volta, dessa vez na regulamentação proposta pela ANP para a distribuição de GNL a granel.

– As novas regras do segmento foram tema de audiência pública nesta terça (30/5) e voltaram a dividir diferentes elos da cadeia de gás.

A Abegás (distribuidoras) defende a competência dos estados em definir alguns pontos da regulação da atividade. Por exemplo: que as regras da ANP reconheçam que o fornecimento do gás para a liquefação possa ser feito, obrigatoriamente, pela concessionária estadual – como já previsto em regulamentos existentes em SC e SP.

O IBP (produtores), por sua vez, entende que a minuta proposta pela ANP cria restrições para o desenvolvimento de GNL em pequena escala e pede que a agência seja enfática em fixar limites à esfera de atuação dos estados na atividade.

– Alega que a regulação da distribuição de GNL é independente das regras do serviço de gás canalizado (monopólio estadual) e defende que a resolução da ANP proíba os estados de privatizarem ou fazerem concessões para exploração da atividade de movimentação de GNL a granel. Também pedem à agência que ela seja mais clara em permitir que os distribuidores de GNL a granel forneçam o produto diretamente a consumidores finais.

GNL no mercado de distribuição. A Abegás vê no GNL a granel uma via auxiliar das distribuidoras, no desenvolvimento da área de concessão. Usualmente, no setor, o gás natural liquefeito ou comprimido é utilizado para abastecer regiões não atendidas por gasodutos e, assim, preparar o mercado local para um futuro projeto de integração à rede.

– A associação, contudo, olha com ressalvas projetos que miram o desenvolvimento de um mercado próprio — sem, necessariamente, estarem vinculados a um projeto estruturante da distribuidora e que podem, no limite, competir com as concessionárias.

“Não há sentido em fazer investimento para ter um rede que, ao fim do dia, não seja mais competitiva do que alguém que está importando GNL, regaseifica e, mesmo assim, é mais competitivo”, disse o presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon, em entrevista à agência epbr, em março.

Preocupação com bypass. Já as transportadoras (ATGás) sugeriram à ANP que, entre a fonte de suprimento do GNL e a rede da concessionária, ao menos um dos pontos esteja conectado à malha de transporte.



Biometano na rede de transporte. A Urca Gás e a NTS começaram os estudos para o que pode vir a ser o primeiro projeto de suprimento de biometano na malha de gasodutos de transporte, a partir de 2024.

– Até o momento, a alternativa renovável ao gás natural tem chegado aos clientes por meio de conexão direta entre produtores e distribuidoras de gás. Na rede de transporte, o gás com a parcela de biometano pode chegar a clientes em pontos de saída em diferentes áreas de concessão estaduais. (epbr).

Petrobras na Bolívia. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, expressou o interesse da Petrobras em explorar novos negócios na área de gás natural na Bolívia, em encontro com o presidente do país, Luis Arce, em Brasília.

– “Queremos visitar países vizinhos, como Bolívia, Venezuela e Guiana, e debater alguns pontos como os termos contratuais, novas potencialidades de exploração de gás e a preparação das empresas para a transição energética”, disse Prates. Novo encontro ocorrerá no segundo semestre, na Bolívia.

Foz do Amazonas. Governadores de oito estados assinaram uma carta de apoio à empreitada da Petrobras para perfuração na Foz do Amazonas, na costa do Amapá, cujo projeto teve a licença ambiental negada pelo Ibama.

– O grupo de signatários compõe o Consórcio Interestadual Amazônia Legal. Os governadores Clécio Luís (PSD, Amapá) e Helder Barbalho (MDB, Pará), puxam a lista de assinaturas.

– O documento foi elaborado na semana passada, mas divulgado praticamente no mesmo dia em que a Petrobras começou a desmobilizar a sonda e os recursos que queriam destinados à campanha no Amapá. Veja a íntegra da carta.

Na Bacia de Santos, a Petrobras concluiu no fim de abril uma campanha sísmica de 3.164 km² (duas cidades de São Paulo) no campo de Tupi, para identificar novos recursos no primeiro grande campo do pré-sal brasileiro. Investimento de R\$ 600 milhões.

– Petrobras opera o ativo com 67%, em parceria com Shell (23%), Petrogal (9%) e PPSA (0,6%), estatal que representa a União, já que o campo se estende para uma área não contratada.

Edital na rua. A PPSA publicou o edital para a contratação de uma consultoria de refino, para o projeto do governo Lula de destinar óleo da União para uma política de abastecimento nacional de combustíveis.

– Dentre as alternativas a serem estudadas, estão os contratos tradicionais, a compra e venda para refino de petróleo da União e comercialização de derivados; e os contratos de serviços de refino de petróleo (“tolling”). O que já publicamos sobre isso

Consórcio no mercado de GLP. Deputados expressam preocupações com o consórcio entre a Supergasbras e a Ultragas, temendo a formação de um monopólio no setor de distribuição de gás de cozinha.

– O acordo entre as duas empresas despertou a atenção dos legisladores, que levantam questões sobre possíveis consequências negativas para a concorrência e os consumidores. Eles buscam evitar a concentração excessiva de poder e garantir um ambiente competitivo no mercado de GLP. (epbr)

O peso das políticas no preço da energia. Mudanças na política tarifária depende de apoio do Congresso Nacional, afirmou o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, no Senado. “Não depende só da agência. A nossa caneta tem limites”.

– Segundo Feitosa, a formação das tarifas falha em considerar aspectos sociais, mas a agência está subordinada às regras vigentes. “Não temos condições de dar um efeito subjetivo para um cálculo de tarifa”, disse.

A energia vai subir 7%. Segundo dados da agência, em 2023, a tarifa média de energia elétrica no Brasil deve subir 6,9%, com maior peso na região Norte (17,6%), seguida de Nordeste (7,9%), Centro-Oeste (6,5%), Sudeste (5,7%) e Sul (4,5%). Veja mais detalhes da audiência

Marco das eólicas offshore. Sandoval também afirmou que a agência não tem capacidade para regular a geração de energia eólica offshore. Durante audiência no Senado, defendeu a necessidade de uma lei que estabeleça a autoridade do órgão: Aneel não tem capacidade para regular eólicas offshore, diz diretor-geral

Mais regulação. Em entrevista à agência epbr, Raíssa Cafure Lafranque, vice-presidente da EDF Renewables Brasil, explica que a empresa vem se preparando desde 2021 para ingressar no mercado eólico offshore do Brasil, mas aguarda as definições regulatórias e o primeiro leilão de oferta de áreas.

– A EDF também está na fila das empresas interessadas em fornecer eletricidade renovável às futuras instalações de hidrogênio verde. Na íntegra: Hidrogênio e eólicas offshore: mercado quer ‘sinalizações fortes’ do governo

H2V na Bahia. A chinesa CGN Brazil Energy (CGNBE) assinou um memorando de entendimento com a Quinto Energy, para implementação de um complexo de geração de energia eólica e solar da ordem de 14 GW de capacidade instalada, no sertão da Bahia, com foco na produção de hidrogênio verde em larga escala (epbr).

A Vibra anunciou a criação de uma vice-presidência de Energia Renovável e ESG. A função será exercida por Clarissa Sadock, que renunciou ao cargo de CEO da AES Brasil. Ela assume em agosto, com mandato de dois anos (epbr).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 31/05/2023

EMPRESAS DE ARQUITETURA E TECNOLOGIA SE UNEM PARA AMPLIAR OPÇÕES DE INSTALAÇÕES SOLARES

Novas tecnologias de geração fotovoltaica ampliam opções que vão de edifícios a casas populares
Por epbr 31 de maio de 2023 Em Empresas, Energia solar



Edifício utiliza filme fino flexível na geração de energia solar em fachada (Foto: Marcelo Berretta Vieira/divulgação)

BRASÍLIA — No coração da cidade de São Paulo, a sede do Germinare Business do Instituto J&F é o primeiro edifício do Brasil a gerar energia elétrica a partir de filmes finos flexíveis na fachada.

Os filmes foram desenvolvidos pela empresa de tecnologia L8 e a instalação resultado de uma parceria entre o escritório Edo Rocha Arquiteturas e a empresa Garantia Solar BIPVO.

Clarissa Zomer, diretora de Projetos Arquitetônicos da Garantia Solar BIPV e CEO da Arquitetando Energia Solar, explica que o peso reduzido dos filmes em relação aos módulos fotovoltaicos convencionais permitiu uma melhor integração com a estrutura metálica e os brises, valorizando a arquitetura do edifício.

Outra vantagem em relação aos módulos tradicionais, é que os filmes se adaptam facilmente a qualquer estrutura e possuem melhor eficiência energética, possibilitando a geração de eletricidade mesmo em dias nublados e sem a necessidade de estar em um ângulo específico para captar a luz solar, destaca Guilherme Nagamine, diretor da L8 Energy.

O projeto no Germinare Business utilizou 564 módulos de filme fino flexível de 125 Wp cada, resultando em um sistema com potência instalada de 70,5 kWp e capacidade de geração de 49,6 MWh por ano.

Essa solução permitirá ao edifício produzir praticamente toda a energia necessária para o sistema de ar-condicionado, reduzindo o tamanho dos equipamentos em 35% em comparação a um sistema convencional.

Inclusão social

O crescimento acelerado do mercado solar fotovoltaico no Brasil tem impulsionado o desenvolvimento de novas tecnologias para ampliar o acesso à geração própria de energia em edifícios comerciais e residências.

Em maio, o país alcançou 21 GW de geração distribuída solar, a maior parte (10 GW) em residências.

Para sair de bairros nobres e alcançar consumidores de baixa renda, soluções recém lançadas prometem melhorar a eficiência da captação solar e ampliar as opções disponíveis para diferentes tipos de construções.

No Rio de Janeiro, uma parceria entre a Eternit, empresa do setor de construção, e a Revulusolar está levando a energia solar para as favelas, com a instalação de telhas fotovoltaicas de fibrocimento.

A primeira residência a receber a tecnologia será selecionada entre as comunidades Chapéu Mangueira, Babilônia ou Ladeira Ari Barroso.

A solução Eternit Solar, lançada este mês, se propõe furar a bola do acesso à energia solar, compatibilizando a tecnologia às tradicionais telhas onduladas de fibrocimento — carro-chefe da empresa.



A estimativa de geração mensal de energia é de 140 KWh e uma potência de 1Kwp, para que a residência se torne produtora e consumidora de energia da sua própria telha solar.

Telhas fotovoltaicas de fibrocimento prometem ampliar o acesso à geração distribuída em favelas do Rio (Foto: Divulgação Eternit)

Segundo Luís Augusto Barbosa, presidente da Eternit, a tecnologia beneficiará uma camada maior da população por seu custo mais acessível.

A casa selecionada entrará para a Cooperativa Percilia e Lucio, primeira cooperativa de energia solar em favelas, inaugurada em 2021.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 31/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

GÁS DE COZINHA SOBE EM NOVE ESTADOS, MESMO COM REDUÇÃO DE PREÇOS DA PETROBRAS A DISTRIBUIDORAS

Levantamento da ANP mostra que queda anunciada pela estatal em meados de maio não compensou alta do ICMS nesses estados. Promessa de botijão abaixo de R\$ 100 só ocorreu em quatro

Por Ana Flávia Pilar — Rio de Janeiro



Em maio, a Petrobras reduziu preços de venda de GLP para as distribuidoras Guito Moreto

Mesmo com a redução de 21,4% no preço do gás de cozinha (GLP) anunciada pela Petrobras no dia 16 de maio, os consumidores estão pagando mais caro pelo produto em nove estados. Segundo o último levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Mato Grosso do Sul registrou a maior alta no preço, de 18,57%, em relação a última semana de abril. Em seguida, aparecem Rondônia (6,90%) e Sergipe (4,64%).

O levantamento mostra que o corte no valor do gás para as distribuidoras foi em parte neutralizada pela nova alíquota do ICMS, que passou a ser fixa desde 1º de maio e não mais em percentual do preço. Desde então, é cobrado R\$ 1,2571 de ICMS por quilo.

De acordo com levantamento do Sindigás (que reúne as distribuidoras do setor), com a mudança no sistema de tributação, o valor médio do ICMS cobrado sobre o gás de botijão de 13 kg no país passou a ser de R\$ 16,34, maior que a média cobrada antes, de R\$ 14,60.

Onde o preço do GLP caiu

- Acre: -2,30%
- Alagoas: -4,61%
- Amapá: -1,93%
- Bahia: -3,10%
- Ceará: -3,89%
- Distrito Federal: -2,30%
- Espírito Santo: -0,50%
- Goiás: -0,84%
- Minas Gerais: -6,37%
- Paraíba: -0,89%
- Pernambuco: -2,72%
- Piauí: -2,19%
- Rio Grande do Norte: -2,02%
- Rio Grande do Sul: -0,05%
- Roraima: -0,64%
- Santa Catarina: -4,86%
- São Paulo: -4,66%
- Tocantins: -0,76%



Onde subiu

- Amazonas: 0,78%
- Maranhão: 1,61%
- Mato Grosso: 2,90%
- Mato Grosso do Sul: 18,57%
- Pará: 2,26%
- Paraná: 2,03%
- Rio de Janeiro: 0,78%
- Rondônia: 6,90%
- Sergipe: 4,64%

Com a queda no valor do GLP para as distribuidoras, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, esperava compensar a alta do imposto. Na ocasião, disse que a expectativa da empresa era que o botijão de 13 kg caísse a menos de R\$ 100 pela primeira vez desde outubro de 2021, com preço médio de R\$ 99,87.

Mas apenas os consumidores de quatro estados e o Distrito Federal encontraram preços abaixo desse patamar, segundo o último levantamento da ANP, que considera o preço médio na semana de 21 a 27 de maio: Alagoas (R\$ 97,48), Brasília (R\$ 99,05), Espírito Santo (R\$ 99,49), Pernambuco (R\$ 95,02) e Rio de Janeiro (R\$ 96,52).

André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), diz que esse aumento no preço do gás de cozinha pode também estar atrelado a um crescimento na demanda.

— Talvez as pessoas tenham buscado mais o produto, o que não estimulou o mercado a reduzir os preços. Com os preços mais baixos anunciados pela Petrobras na metade de maio, a ANP já deveria ter registrado alguma queda — explicou.

Mas há quem discorde dessa avaliação. Segundo Gilberto Braga, economista e professor de Finanças do Ibmec, as distribuidoras não repassaram a redução no preço para o consumidor, aumentando suas margens de lucro.

— As contas mostram que a cadeia se apropriou de um pedaço dessa redução. O preço baixou em alguns estados, com benefícios para o consumidor, mas não em seu potencial máximo — disse.

O professor da FIA Business School Cláudio Felisoni concorda. Além disso, ele diz que essa diferença tão grande de preços entre os estados — com algumas unidades federativas registrando quedas, enquanto outras têm aumentos expressivos — se explica por fatores locais.

Alguns estados, por exemplo, têm uma cadeia logística melhor desenvolvida e níveis de concorrência mais altos, o que pode ter ajudado a derrubar os preços.

Gasolina deve subir também

Em 17 de maio, a Petrobras passou a cobrar R\$ 2,78 por litro de gasolina às distribuidoras, o que representou uma redução de 12,57% em relação ao patamar anterior (R\$ 3,18).

Mesmo assim, Braz estima que a gasolina deve encarecer até 20% nas próximas semanas por conta da nova cobrança do ICMS, que começa a valer amanhã.

Em junho, o tributo passará a ser cobrado em valor, e não mais em percentual. Os estados acordaram uma alíquota fixa de R\$ 1,22 por litro.

— Pelos dados da ANP, o preço médio da gasolina em abril foi de R\$ 6,21. Essa redução anunciada pela Petrobras não vai chegar integralmente na bomba e deve levar a uma queda de 7% nos preços. Então, a gasolina poderia chegar a custar R\$ 5,80. Só que o ICMS vai aumentar o preço em R\$ 1,22

amanhã. Então, o litro vai para cerca de R\$ 7,00. Comparando com os R\$ 5,80 esperados, o aumento pode chegar a 20% nas próximas semanas.

Já o Ibmec trabalha com um aumento entre R\$ 0,15 e R\$ 0,20 para o próximo mês. Além disso, a inflação na gasolina deve atingir cerca de 90% dos estados.

— Isso desperta a necessidade de uma nova correção de preços pela Petrobras porque os preços internacionais e o próprio câmbio têm sido favoráveis a isso — disse Gilberto Braga.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/05/2023

APÓS ANOS NA "GELADEIRA", BRASILEIRAS ENVOLVIDAS NA LAVA-JATO SE PRÉ-QUALIFICAM JUNTO À PETROBRAS

Andrade Gutierrez, UTC e OEC entram na lista de empresas pré-qualificadas para participar de concorrências de obras da Petrobras

Por Mariana Barbosa



Obra inacabada do antigo Comperj em Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro Divulgação

Em meio a perspectiva de retomada de investimentos, a Petrobras divulgou a lista das construtoras pré-qualificadas para as próximas obras. Depois de praticamente se fechar para as empreiteiras brasileiras envolvidas na Lava-Jato nos últimos anos, a nova lista inclui nomes como Andrade Gutierrez e UTC, habilitadas para médios e grandes projetos. Na categoria de megaprojetos, o único grupo de capital 100% nacional pré-

qualificado é a OEC (Odebrecht Engenharia e Construção), com as subsidiárias OECE e Tenenge. A lista de pré-qualificação para megaprojetos inclui as estrangeiras Siemens, Hyundai Engenharia, GE Power & Water e Toyo Setal (empresa brasileira do grupo japonês Toyo Engineering).

Desde 2018, as construtoras OEC e a Andrade Gutierrez já não estavam mais na lista de fornecedores vetados pelo compliance da Petrobras. Porém ainda não haviam conseguido se pré-qualificar para participar de novas concorrências.

Nos governos Temer e Bolsonaro, além de pisar no freio dos investimentos, a Petrobras deu preferência para empresas estrangeiras. A estratégia nem sempre foi bem sucedida. Em junho do ano passado, a Petrobras rompeu um acordo com o consórcio chinês Kerui-Método, após sucessivos atrasos no contrato de R\$ 2 bilhões para a construção do do Polo GasLub (antigo Comperj). As obras foram retomadas em abril, em um novo contrato com a Toyo Setal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/05/2023

STF JULGA HOJE OBRA DA FERROGRÃO EM MEIO A EMBATE AMBIENTAL; ENTENDA O CASO

Corte analisa constitucionalidade de lei que permite construção de ferrovia em parque nacional na Amazônia

Por Mariana Muniz — Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar nesta quarta-feira a ação que deverá viabilizar a construção da estrada de Ferro (EF-170), conhecida como Ferrogrão. A lei que alterou limites do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, foi aprovada no governo de Jair Bolsonaro e é alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada na Corte pelo PSOL ainda em 2020.

O item é o último da pauta de julgamentos desta quarta-feira, e pode acabar não sendo analisado pelos ministros. Caso ocorra, a análise será feita em meio a um amplo debate entre setores do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre questões ambientais.



O ministro Alexandre de Moraes, durante sessão do STF Carlos Moura/STF/27-04-2023

Em 2021, o ministro Alexandre de Moraes, que é o relator da ação proposta pelo partido, suspendeu a eficácia da lei que alterou os limites e excluiu cerca de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim. Na ocasião, o ministro assinalou que a alteração territorial em unidade de conservação não poderia ter sido realizada por meio de medida provisória.

Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) mudou de posição e passou a defender a derrubada da lei. O texto que define o desenho da Ferrogrão foi aprovado em 2019 pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Ferrogrão é o projeto de uma ferrovia de 933 km que ligará Sinop (MT) até Miritituba (PA) para o transporte de grãos produzidos no Centro-Oeste.

Na nova manifestação, a AGU argumenta que, em razão de novas informações técnicas prestadas por órgãos ambientais federais, modificou seu posicionamento expresso em fases anteriores do processo, manifestando-se agora pela procedência do pedido realizado pelo partido.

No documento, o órgão afirma reconhecer a relevância da ferrovia para o país, empreendimento que possibilitará o escoamento da produção de diversos produtos de Mato Grosso ao Porto de Mirituba (PA). Sustenta ainda que a Ferrogrão propiciará a geração de empregos diretos em sua construção, além da redução no custo do frete do transporte de cargas.

Na manifestação encaminhada ao STF, a AGU informa à Corte que não se opõe ao regular prosseguimento dos procedimentos administrativos relacionados à construção da ferrovia, “desde que observem todos os condicionantes legais, inclusive socioambientais”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/05/2023

DÍVIDA VAI PARA 73,2% DO PIB E CONTAS PÚBLICAS TÊM SUPERÁVIT DE R\$20,3 BILHÕES EM ABRIL, DIZ BC

A elevação da dívida foi de 0,1 ponto percentual em relação ao mês de março.

Por Renan Monteiro — Brasília

A dívida bruta do Brasil subiu para o equivalente a 73,2% do Produto Interno Bruto (PIB) e fechou em mês de abril em R\$ 7,5 trilhões, conforme dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira. A elevação foi de 0,1 ponto percentual em relação ao mês de março deste ano.

Esse cálculo compreende as contas do governo federal, INSS, governos estaduais e municipais. É o maior nível desde novembro de 2022, quando a dívida era equivalente ao PIB em 74,18%.

— Essa evolução (mensal) decorreu principalmente por causa dos juros nominais apropriados. Os juros, que contribuem para a formação da dívida, tiveram aumento de 0,6 ponto percentual. O PIB nominal, outro fator, teve uma redução de 0,4 ponto percentual — detalha Rodrigo Simões, economista e professor da Faculdade do Comércio de São Paulo.

Também foram divulgadas as contas do setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e empresas estatais. Houve superávit primário de R\$ 20,3 bilhões em abril de 2023, enquanto no mesmo mês do ano passado foram R\$38,9 bilhões em saldo positivo.

O superávit primário considera que as receitas superaram as despesas, sem considerar o pagamento de juros da dívida pública.

Nos doze meses encerrados em abril, houve superávit de R\$56,2 bilhões, equivalente a 0,55% do PIB. A Petrobras e bancos públicos não entram na conta.

- De janeiro a abril deste ano, as contas do setor público consolidado tiveram saldo positivo de R\$ 78,7 bilhões, o equivalente a 2,31% do PIB.
- Na comparação com o mesmo período do ano passado, foi registrado um superávit de R\$ 148,5 bilhões ou 4,74% do PIB.

Próximos meses

Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos, vê uma tendência de aumento da dívida bruta do governo em relação do PIB ao longo do ano, em um cenário (até então) de queda nas receitas e crescimento do nível de gastos.

— Outro dado é que a China registrou baixo crescimento, com PMI fraco (índice industrial em maio), abaixo de 50 pontos, o que não deve impulsionar as nossas commodities como em outro momento. Não é bom para o PIB brasileiro. Se houvesse um crescimento maior que 2%, ajudaria a diminuir essa relação dívida/PIB — avalia Carvalho.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) - ligada ao Senado - indica que até o final de 2023 a dívida bruta será de 78,1% do PIB, conforme última revisão de maio.

— Nas projeções, com o enfraquecimento da atividade e manutenção das altas taxas de juros para conter a inflação, teremos ainda uma longa tendência de aumento da dívida pública — diz Rodrigo Simões, professor da Faculdade do Comércio de SP.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/05/2023

IBAMA NÃO VAI 'CANETAR' NENHUMA LICENÇA AMBIENTAL, DIZ PRESIDENTE DO ÓRGÃO SOBRE FOZ DO AMAZONAS

Exploração da área em margem equatorial pela Petrobras está sendo analisada novamente por técnicos do instituto

Por Victoria Abel — Brasília



O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, afirmou nesta quarta-feira que nenhuma licença do Ibama para exploração ambiental será concedida por "canetada" e ressaltou que o órgão segue critérios técnicos. O instituto analisa um pedido de reconsideração da Petrobras para perfuração de um poço a 500 km da foz do rio Amazonas. A autorização foi negada na semana passada e gerou atrito entre ambientalistas e o Ministério de Minas e Energia do governo Lula.

Rodrigo Agostinho participa de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados ao lado da gerente de licenciamento da Petrobras, Danielle Lomba, e do Coordenador-Geral de Programas e Projetos da pasta de Minas e Energia, Carlos Agenor Onofre Cabral.

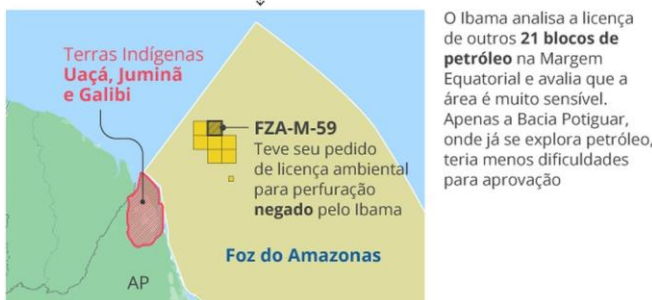
— O Ibama tem que ter as decisões amparadas do ponto de vista técnico. A lei de crimes ambientais é clara. É crime contra a administração ambiental conceder licença ou autorização em desacordo com norma técnica. Nenhum presidente ou técnico do Ibama vai canetar para conceder uma licença se não estiver tudo dentro dos conformes — afirmou o presidente do Ibama.

Rodrigo Agostinho ainda listou os problemas encontramos para não conceder a licença ambiental para Petrobras em um primeiro momento:

- Área a 500km da boca da Foz do Amazonas, sob influência dela;
- Ponto de apoio a emergências de impacto ambiental está em Belém (PA), a 800 km, ou dois dias de barco, do local de perfuração;
- Oiapoque (AP) tem apenas ponto para logística de helicópteros. O atendimento a fauna e possíveis acidentes segue em Belém;
- Área pouco estudada, com lacunas de conhecimento;
- Fronteira com a Guiana Francesa, sendo necessário diálogo com o país.

Margem Equatorial

■ Bacias que compõem a Margem Equatorial ■ Países que já exploram a região
■ Poços exploratórios da Petrobrás
A Petrobras reservou US\$ 3 bilhões no seu plano estratégico de 2023-2027 para perfuração de 16 poços exploratórios na Margem Equatorial



O Ibama reforça ainda que faz falta uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) e explicou que não está garantida a segurança de que nenhum resquício de óleo chegará à costa do país.

— Estaremos na região do mar do caribe. É uma região que tem tempestades. Não temos segurança de que esse óleo nunca vai chegar na costa. Essa foi uma modelagem adotada pela Petrobras, de que nunca o óleo ia chegar na costa. Se isso tem sido colocado nos estudos, é um equívoco. Precisamos trabalhar no pior cenário — ressaltou Rodrigo Agostinho.

O pedido de reconsideração da Petrobras para explorar a região da Foz do Amazonas foi encaminhado para a equipe técnica de óleo e gás do Ibama. O órgão afirma que a empresa tem apresentado alterações nos relatórios, que serão analisadas.

Ganhos para a economia

O Ministério de Minas e Energia destacou que a captação de petróleo na região poderá gerar investimentos de R\$ 56 bilhões e uma arrecadação estatal na ordem de R\$ 200 bilhões.

Margem Equatorial — Foto: Editoria de Arte

O coordenador-Geral de Programas e Projetos da pasta, Carlos Agenor Onofre Cabral, destacou que o país dá sinais de esgotamento exploratório e uma tendência de queda na produção de petróleo a partir de 2029.

— Voltaremos a ser importadores de petróleo? — questionou Onofre Cabral.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 31/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO DETALHA BLOQUEIO DE R\$ 1,7 BI NO ORÇAMENTO; VEJA OS MINISTÉRIOS MAIS AFETADOS

Ministério das Cidades teve o maior montante bloqueado, seguido dos Transportes; pastas como Educação e Saúde não foram afetadas

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA - O governo publicou nesta terça-feira, 30, em edição extra do Diário Oficial da União, um decreto que traz o detalhamento do contingenciamento (bloqueio preventivo de recursos) de R\$ 1,7 bilhão, anunciado em 22 de maio, para o cumprimento do teto de gastos, ainda em vigor.

Segundo o decreto, os R\$ 1,689 bilhão que precisam ser contingenciados neste bimestre foram divididos em seis pastas. O Ministério das Cidades teve o maior montante bloqueado: R\$ 691,3 milhões, seguido do Ministério de Transportes, com R\$ 602,1 milhões.

Também tiveram recursos bloqueados as pastas do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 118,2 milhões); Integração e Desenvolvimento Regional (R\$ 96,1 milhões); Fazenda (R\$ 93,2 milhões) e Planejamento e Orçamento (R\$ 88,4 milhões).

Os valores serão bloqueados em despesas do tipo RP2, a rubrica para indicar despesas discricionárias (sem ser obrigatórias, como custeio e investimentos) a critério do Executivo. Elas incluem, também, valores destinados por meio de emendas parlamentares.

No primeiro relatório bimestral, divulgado em março, não houve contingenciamento. Este, portanto, é o primeiro bloqueio no Orçamento promovido pelo governo Lula. Nesta semana, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, já havia adiantado que o contingenciamento não atingiria ministérios com orçamentos menores, como Educação ou Saúde. Ela também frisou que se trata de um bloqueio temporário, que pode ser revisto nos outros relatórios.

Quando divulgou o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre, na semana passada, a equipe econômica mudou a projeção para as receitas primárias totais da União neste ano de R\$ 2,375 trilhões para R\$ 2,367 trilhões. Já a estimativa para a receita líquida — livre de transferências para os governos regionais — passou de R\$ 1,915 trilhão para R\$ 1,911 trilhão.



Ministério da Educação não foi atingido por previsão de contingenciamento do governo Foto: Gabriela Bilíó/Estadão

Do lado das despesas, a previsão de gasto total em 2023 passou de R\$ 2,023 trilhões para R\$ 2,047 trilhões. Com as revisões, o volume de gastos obrigatórios (como salários e benefícios previdenciários) passou de R\$ 1,829 trilhão para R\$ 1,853 trilhão, enquanto as despesas discricionárias permaneceram em R\$ 193,9 bilhões neste ano.

A equipe econômica alterou ainda a estimativa de rombo nas contas de 2023 para R\$ 136,2 bilhões. No primeiro bimestre, o rombo era projetado em R\$ 107,6 bilhões. A meta de resultado primário (receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida) do governo central deste ano é de um saldo negativo de até R\$ 231,5 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/05/2023

PREÇO DA GASOLINA DEVE SUBIR A PARTIR DE AMANHÃ COM NOVO ICMS

Novo modelo de tributação do combustível deve levar a aumento no preço para o consumidor final na maioria dos Estados

Por Jessica Brasil Skroch

A mudança no modelo de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a partir desta quinta-feira, 1º de junho, deve pressionar um aumento nos preços da gasolina no Brasil.



Com novo modelo de tributação do ICMS, gasolina deve aumentar de preço na maior parte dos Estados Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Segundo dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Fertilizantes (Fecombustíveis) da segunda quinzena de maio, com valores referentes à 16 de maio, apenas três estados tiveram alíquotas que representaram valores maiores do que R\$ 1,22 por litro: Alagoas, Amazonas e Piauí. De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), são apenas esses Estados que não devem ter aumento da gasolina.

Nas outras unidades da Federação, no entanto, o valor tende a aumentar. Em alguns poucos Estados, o valor pode permanecer muito próximo ao praticado hoje, já que a alíquota atual equivale a um valor próximo dos R\$ 1,22 que serão aplicados, como é o caso de Acre (R\$ 1,18) e Rio Grande do Norte (R\$ 1,20).

Em nota ao Estadão, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que definiu o valor da nova alíquota em março deste ano, confirmou a tendência: “Nos estados que têm carga tributária atual maior do que a carga que resultará com a aplicação da alíquota única, a tendência será de redução dos preços desse combustível. Entretanto, nos estados que possuem a situação inversa (...), a tendência será de elevação de preços”.

Em São Paulo, por exemplo, a alíquota do ICMS é, atualmente, de 18%. Na semana do dia 22 de maio, o preço médio da gasolina no Estado foi de R\$ 5,13, e a alíquota de R\$ 0,92. Considerando esse preço médio do combustível, caso o aumento seja integralmente repassado, o preço médio da gasolina no Estado ficaria em torno de R\$ 5,43 com a alíquota única, calcula Carlos Eduardo Navarro, professor de direito tributário da FGV Direito de São Paulo.

Navarro destaca que a representatividade da alíquota deve variar de acordo com o preço aplicado por cada posto de gasolina. Ele explica que para o estabelecimento definir o preço, é levado em consideração o valor cobrado na refinaria e outros custos, como aluguel, salário dos funcionários, transporte, entre outros. Por isso, o novo modelo deve causar maiores distorções.

“Com uma alíquota única, para um posto que cobra mais, a tributação pode ser mais baixa. Para quem cobra mais barato, vai ser mais pesada. De maneira geral, há uma pressão por aumento”, afirma Navarro.

Mudança

A mudança na regra tributária foi instituída pela Lei Complementar 192 em março de 2022, com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. O objetivo era diminuir o valor do combustível para o consumidor ao desonerar o ICMS, o que prejudicou a arrecadação dos Estados.

O novo modelo de tributação e a alíquota única do ICMS da gasolina é resultado de uma negociação dos Estados e da União com intermediação do Supremo Tribunal Federal para tentar minimizar os efeitos da desoneração do ICMS.

O valor das novas alíquotas foi definido em março deste ano pelo Confaz. Em um primeiro momento, o conselho nacional definiu que a cobrança de ICMS sobre gasolina seria de uma alíquota de R\$ 1,45 por litro. Poucos dias mais tarde, após discussões entre representantes dos Estados, o valor foi revisto e reduzido para R\$ 1,22, a fim de oferecer “maior conforto a todos”, como afirmou na época o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 31/05/2023

VIBRA NEGA CONVERSAS COM PETROBRAS SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E BUSCA MAIOR PARCERIA COM ESTATAL

Empresa cria vice-presidência de Energia Renovável e ESG para estreitar laços com petroleira no segmento de biocombustíveis

Por Denise Luna

RIO - A Vibra quer ampliar a parceria com a Petrobras também no segmento de biocombustíveis, o que deve ocorrer com a criação da vice-presidência de Energia Renovável e ESG. A cadeira será ocupada pela ex-presidente da AES Brasil Clarissa Sadock, informou ao Estadão/Broadcast o presidente da Vibra, Ernesto Pousada.

Ele descarta qualquer conversa sobre uma eventual participação societária da sua ex-holding e garante que “não existem conversas sobre isso”. Pousada admite que as marcas herdadas da estatal pelos próximos dez anos, com possibilidade de renovação por mais um período, são motivo de orgulho para a Vibra, assim como a nova equipe anunciada na terça-feira, 30, pela companhia.

Nas últimas semanas, circularam rumores de que a Petrobras estaria interessada em voltar ao setor de distribuição de combustíveis, e que a estatal poderia negociar uma participação acionária na Vibra para voltar a esse mercado.

O presidente da estatal, Jean Paul Prates, porém, já desmentiu qualquer judicialização do tema, apesar de admitir que considera estranho usar a marca Petrobras nos postos, e, ao mesmo tempo, também vender produtos que não são produzidos pela estatal.



Ernesto Pousada diz que as marcas herdadas da Petrobras são motivo de orgulho para a Vibra Foto: Alexandre Brum/Ag. Enquadrar/Divulgação

Além de Sadock, a Vibra anunciou a chegada de Augusto Ribeiro, ex-Picpay, como vice-presidente executivo de Finanças, Compras e RI. Nomeou também, para a nova vice-presidência de Gente e Tecnologia, Aspen Andersen, que já está há 20 anos na companhia e era diretor de Tecnologia. Um pouco mais de um mês antes, a empresa contratou Vanessa Gordilho, vice-presidente de Negócios e Marketing.

“Cada vez mais a empresa vai atuar de maneira ágil, focada em menos burocracia, mais fácil acesso aos líderes da companhia”, disse Pousada.

Financeiro

O presidente da Vibra rebateu críticas do mercado sobre a escolha de Ribeiro para a área econômica, por ele não ter experiência no segmento de combustíveis. Segundo o executivo, que tem



passagens pela Dow Chemical, VLI Logística, Suzano Papel e Celulose, apesar de não ter experiência no setor, Ribeiro tem “larguíssima” experiência em grandes empresas de capital aberto, como a BRF, onde foi CEO por anos, e Lochpe-Maxion. Pousada ressalta que a área de finanças é bem parecida em todas as empresas.

“Estou bem feliz com a chegada dele (Ribeiro). Acho que ele adiciona bastante ao time da Vibra para poder cada vez mais maximizar o resultado para os nossos acionistas”, afirmou.

A missão do novo vice-presidente executivo de Finanças, Compras e RI será cada vez mais priorizar a locação de capital da companhia, informou Pousada, um capítulo considerado por ele muito importante e que tem que estar sob coordenação direta do novo executivo.

“Augusto será responsável pela alocação de capital mais eficiente possível para os nossos acionistas, maximizar o resultado da companhia, desenvolver e ampliar cada vez mais o ótimo relacionamento que ele já tem com os bancos de primeira linha”, disse Pousada, lembrando que a Vibra é uma das maiores empresa do Brasil e quer estar cada vez mais próximo dos bancos.

Consolidação

Já a tarefa de Sadock, no momento, será consolidar os investimentos de R\$ 4 bilhões feitos nos últimos 24 meses pela Vibra no setor de energia renovável e na área de ESG da companhia. “Também ficamos muito felizes de ter a Clarissa com a gente. Ela é uma profissional super respeitada no mercado”, ressaltou.

A nova executiva, que deixou na terça-feira, 30, a presidência da AES Brasil para assumir o cargo, tem como primeira missão extrair a sinergia do novo negócio de renováveis.

Segundo ele, não existe nenhuma agenda de grandes aquisições, mas de consolidar negócios como o da comercializadora Comerc, “que é o nosso braço de energia elétrica renovável”, e na ZegBiogás, que produz biogás a partir da vinhaça e que vai substituir combustível fóssil.

“Também outro ponto bem importante da nossa estratégia da Vibra Renováveis são os eletropostos, que cada vez mais vem ganhando relevância, gradualmente. Temos vários investimentos nisso, temos um posto 100% eletroposto em São Paulo, e temos diversos pontos de recargas do Sul e do Sudeste, começando a criar um corredor, que é o maior desafio dessa indústria”, explicou, referindo-se ao abastecimento dos veículos elétricos.

Outro tema importante da área da nova vice-presidente são os contratos de combustível de aviação sustentável (SAF) e o biodiesel, onde poderá ser ampliada a parceria com a Petrobras, que também já deixou claro que vai atuar fortemente nesse segmento.

“Estamos sempre conversando com a Petrobras. Nós somos os maiores clientes da Petrobras hoje e queremos cada vez mais estender essa parceria. Naturalmente, a gente quer ser um parceiro ainda maior da Petrobras, que conversa muito com essa agenda de energia renovável”, afirmou, lembrando que a empresa tem mais de 8,3 mil postos espalhados por todo o País e uma forte presença no mercado de aviação.

O conceito ESG também estará sob a liderança de Sadock, e é algo que a Vibra quer cada vez mais estar atuante, disse Pousada. A empresa quer se posicionar de maneira diferenciada e contribuir para a redução da pegada de carbono, além de cuidar da questão social e de governança, destacou.

Para Pousada, a consolidação das áreas de Inovação e Tecnologia em uma vice-presidência sob a coordenação de Andersen é um movimento importante porque vai acelerar a transformação cultural da empresa.

“Esse é um movimento bastante estratégico do ponto de vista cultural. Queremos uma empresa mais ágil, corajosa, com processos de decisões mais rápido, mais próximo do nosso cliente”, afirmou.

O trabalho de Andersen, em conjunto com a nova vice-presidente de Negócios e Marketing, visa reforçar as marcas comercializadas pela Vibra para gerar cada vez mais valor para todos os stakeholders e para os consumidores, disse Pousada.

“A chegada da Vanessa, como do Aspen, tem o objetivo bastante claro da transformação cultural e de mercado, para que a gente e possa cada vez mais estar posicionando a Vibra, e as nossas marcas da parceria com a Petrobras, cada vez mais presentes no dia a dia do consumidor brasileiro”, concluiu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 31/05/2023

LULA ADMITE QUE EMPRÉSTIMO DO BANCO DOS BRICS PARA A ARGENTINA NÃO VAI SAIR

Como antecipou o ‘Estadão’, resistência de países associados à instituição em relação à mudança de seu estatuto impediu liberação do ‘papagaio’ prometido pelo presidente brasileiro

Por José Fucs

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu na terça-feira, 30, que a concessão de uma linha de crédito para a Argentina pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), mais conhecido como Banco dos Brics, que ele estava tentando viabilizar, deu ruim.



Lula com o presidente da Argentina, Alberto Fernández, em encontro realizado em Brasília no início de maio: concessão de empréstimo à Argentina pelo Banco dos Brics ficou na promessa Foto: Wilton Junior/Estadão

Como o Estadão antecipou na semana passada, houve resistência de países associados à instituição para a liberação do “papagaio” prometido por Lula ao presidente da Argentina, Alberto Fernández. Ao contrário do que Lula imaginava, faltou apoio para promover a mudança no estatuto do banco que era necessária para concretizar a operação, uma vez que o NDB foi criado com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura exclusivamente para seus membros e não para conceder empréstimos de liquidez a terceiros.

Também não houve apoio à proposta de concessão de garantias para financiar as exportações brasileiras para a Argentina, que era outra opção defendida por Lula, para aliviar a crise vivida pelo país vizinho, agravada pelo baixo nível de reservas cambiais, hoje calculadas em cerca de US\$ 2 bilhões.

“Deselegância”

Segundo a agência espanhola Efe, Lula confirmou numa roda de jornalistas após o fechamento do encontro de presidentes da América do Sul, em Brasília, que “não foi possível” realizar o negócio, em razão da “dificuldade” existente para mudar o estatuto do banco, hoje dirigido pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Antes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que participou de forma virtual da reunião anual de governadores do NDB, realizada em Xangai, já havia dito que “não houve tempo” para o grupo analisar o empréstimo para a Argentina, de acordo com informações publicadas pelo jornal Clarín, que classificou o resultado do encontro como “mais uma deselegância do Brasil” ao país.

Fundado em 2015 pelos Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o NDB hoje reúne também Egito, Emirados Árabes Unidos, Bangladesh e Uruguai, admitidos como associados nos últimos anos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 31/05/2023

ELETOBRAS NEGA NEGOCIAÇÃO COM A UNIÃO PARA AUMENTO DE ASSENTOS DO GOVERNO EM CONSELHO

Acionistas minoritários questionaram CVM nesta terça-feira sobre possível acordo

Por Amélia Alves

A Eletrobras negou nesta terça-feira, 30, rumores sugerindo que a companhia estaria sinalizando uma proposta de oferecimento de vagas no seu conselho de administração para a União, em suposta negociação envolvendo a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Mais cedo, Felipe Ferreira de Araújo, diretor da Associação de Empregados de Furnas (Asef) e acionista da Eletrobras, entrou com questionamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acerca dessas notícias.

Em comunicado, a Eletrobras reitera o que já foi afirmado por fato relevante em 8 de mai que o seu processo de privatização “foi conduzido em conformidade com a Lei 14.182/21 e a Constituição Federal”.

A empresa afirma que mantém abertura para constante diálogo com todos os seus acionistas, principalmente aqueles de referência, “sempre em prol dos melhores interesses da companhia”.



Lula criticou a privatização da Eletrobras e afirmou que tentaria aumentar poder de voto do governo no conselho da companhia Foto: WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

Considerando que o estatuto da companhia não reserva vagas em seu conselho de administração para quaisquer de seus acionistas e que, nos termos da lei, é competência privativa da assembleia-geral eleger os membros do conselho de administração, a Eletrobras ratifica que “não se mostra possível” a oferta de vagas no conselho para qualquer acionista em particular.

“Inclusive pelo fato de que há regras estatutárias claras sobre os critérios de indicação, mesmo na eventual ocorrência de vacância”, complementa companhia no comunicado ao mercado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/05/2023

‘NUNCA FALAMOS EM CARRO POPULAR’, DIZ SECRETÁRIO DO MDIC; PROGRAMA PODE DURAR DE 4 MESES A UM ANO

Uallace Moreira diz que duração da medida vai depender do equilíbrio fiscal e, por ser pontual, não integra nova política industrial, que será anunciada no 2º semestre

Por Adriana Fernandes e Mariana Carneiro

ENTREVISTA COM

Uallace Moreira - secretário de Desenvolvimento Industrial do MDIC

BRASÍLIA - O secretário de Desenvolvimento Industrial, Uallace Moreira, afirma que é um “tiro de curto prazo” o programa de incentivo à compra de carros, anunciado na semana passada, a ser detalhado em até 15 dias. Na equipe do vice-presidente Geraldo Alckmin no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços, Uallace defende o programa das críticas que o governo vem recebendo e busca diferenciar a ajuda ao setor automobilístico da nova política industrial que será anunciada no segundo semestre, batizada de neointustrialização. O programa foi um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“É preciso diferenciar muito o que é uma política de caráter anticíclico, de curto prazo, de uma política estrutural”, afirma. “O setor automotivo representa quase 20% da indústria. É extremamente importante. Não estamos falando de qualquer setor”, justifica. Segundo ele, a duração do programa dependerá do equilíbrio fiscal. “Em até um ano. E no mínimo quatro meses, como o próprio ministro da Fazenda mencionou.” Fernando Haddad, porém, afirmou que o programa duraria “de três a quatro meses”, e não no mínimo quatro meses, podendo alcançar um ano.

Logo no início da entrevista ao Estadão, o secretário busca dissociar o programa de incentivo à redução de preços da marca de carro popular: “A gente nunca falou em carro popular. Isso é importante e para deixar claro”. Ele antecipa que o governo para 2024 prepara o benefício tributário da depreciação acelerada para estimular os investimentos em máquinas e equipamentos. A seguir, os principais trechos da entrevista.



Uallace Moreira, secretário da Indústria do MDIC Foto: Renato Villas

O que a política do carro popular tem a ver com a ‘neointustrialização’ citada pelo presidente Lula e pelo vice, Geraldo Alckmin?

Primeiro ponto: a gente nunca falou em carro popular. Isso é importante e para deixar claro. Eu nunca discuti isso no MDIC. A gente tem um programa aqui que é o Rota 2030, que nós discutimos as rotas tecnológicas que promovam um processo de descarbonização. Ele entra na sua segunda fase a partir de agosto e, do ponto de

vista do setor automotivo, era isso que nós discutimos. Só que, ao mesmo tempo, a gente está atento à conjuntura, ao que está acontecendo com o setor, que tem uma capacidade produtiva de 4,5 milhões de automóveis e que está no nível de utilização da capacidade instalada nos mais baixos que já se viu, em torno de 49%.

E por que isso preocupa?

A gente precisa pensar no setor automotivo não isoladamente, mas em todo o sistema. No setor de peças, componentes eletroeletrônicos, vidro, plástico, e também nas concessionárias, nos postos de combustíveis, peças de reposições. Quando eu englobo isso, o setor automotivo diretamente emprega 101,6 mil pessoas e indiretamente, considerando toda a cadeia, 1,2 milhão de pessoas. Se essa conjuntura permanecer desfavorável, em um maior nível de paralisação das empresas, isso tenderia a demitir mais pessoas, aumentar a taxa de desemprego, impactando inclusive as receitas, porque aí você tem contração do PIB que vai impactar perda de arrecadação. O presidente Lula manifestou publicamente preocupação e pediu para o vice-presidente apresentar uma proposta conjuntural que estimulasse o setor. Se você paralisa tudo, quanto desemprego isso vai gerar?

Uma das críticas ao programa é que ele incentiva o consumo de carros e de combustível fóssil...

O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. E nós já temos uma tecnologia que emite o mesmo nível de CO2 que um carro elétrico, que é o etanol. Então, quando a gente se preocupou com a proposta conjuntural, duas questões foram colocadas no diálogo com o Ministério da Fazenda. Primeiro, a sustentabilidade como elemento estratégico e, segundo, o equilíbrio fiscal. Em todo momento da discussão, essas duas dimensões foram extremamente relevantes. A partir dessa preocupação, construímos uma proposta de escalonamento tributário. Uma proposta em que elencamos três dimensões para estabelecer o benefício tributário de PIS e Cofins, que é o fator social (preço do automóvel), o fator de eficiência energética (sustentabilidade) e o fator da densidade produtiva (geração de emprego e renda), que é a nossa preocupação final.

E por que incluíram carros de R\$ 120 mil?

Se considerássemos apenas os carros 1.0, eles ocupariam apenas 10% do mercado. Então, com carros de até R\$ 120 mil, ocupamos quase 40% do mercado e, portanto, uma política de caráter conjuntural teria um impacto maior para manter emprego e renda. Só que, ao mesmo tempo, não



poderíamos dar o mesmo incentivo tributário para um carro de R\$ 120 mil e outro de R\$ 68 mil, já que a gente estava incorporando as três dimensões. Por isso, escalona, e os carros que alcancem maior nível nos três fatores -- social, coeficiente energético e densidade produtiva -- terão o maior nível de incentivo tributário. E os com menores patamares alcançam o menor nível de incentivo tributário. Isso dá um número de 33 modelos de carros de 11 empresas, que representam quase 40% do mercado.

Que tipo de modelo vai pegar o desconto máximo, de 10,96%?

Os modelos mais compactos (como o Kwid, o MOB).

E o mínimo, de 1,53%, pega SUVs?

Não tem SUV de R\$ 120 mil. O que pode acontecer é que as próprias empresas, o presidente da Anfavea tem dito, podem se adaptar a essa lógica do mercado para tentar se encaixar dentro do programa.

Quando concluem o programa?

Em até 15 dias; todo mundo quer resolver logo. O programa foi construído em diálogo com a Fazenda. Nunca houve uma construção do programa do MDIC. Sempre existiu diálogo com o ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad, o MDIC não constrói nada sozinho. E é sempre uma questão de governo.

E qual será a medida?

(Desconto de) PIS e Cofins.

Não vai ter IOF e IPI?

O IPI não precisa de compensação, mas vai ter redução. IOF não está certo ainda. Ainda estamos discutindo.

Por quê?

O que estamos trabalhando, para os financiamentos, é a aprovação da Lei de Garantias de crédito, que está no Senado. São princípios que reduzem muito o spread bancário (taxa de juros). Está no Senado, já foi aprovado na Câmara. Então, tende a ajudar muito o crédito.

Mas daria para aprovar em 15 dias?

Sim, bem possível. Se o Senado conseguir fazer isso em 15 dias, vai ajudar muito.

As apostas esportivas são uma das medidas estudadas para compensação. O que está na mesa?

Estamos estudando com a Fazenda. A gente tem os cálculos do impacto fiscal. (O tamanho) Depende muito do prazo estabelecido. A duração do programa vai se dar de acordo com o equilíbrio fiscal, de não ameaçar a busca pela responsabilidade fiscal. Por isso que o diálogo entre os dois ministérios é fundamental.

Mas qual o intervalo de tempo que pode durar a medida?

Em até um ano. E no mínimo quatro meses, como o próprio ministro da Fazenda mencionou.

A compensação da redução do tributo será feita com qual medida?

A compensação está sendo avaliada para garantir o equilíbrio fiscal. São várias possibilidades. O diálogo com o Ministério da Fazenda é sobre a duração e como encontramos o melhor equilíbrio fiscal.

Os críticos apontam que esse tipo de política com incentivo para a indústria automobilística representa um atraso.

Estamos falando de um 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos. É com isso que estamos preocupados, com toda a cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, a proposta que estamos construindo tem um caráter da sustentabilidade muito presente. É preciso diferenciar muito o que é uma política



de caráter anticíclico, de curto prazo, de uma política estrutural. O setor automotivo representa quase 20% da indústria. É extremamente importante. Não estamos falando de qualquer setor. Ele tem relevância, gera emprego e está na ponta da alta média intensidade tecnológica. Está passando por um processo de transformação e que tende muito a contribuir para a descarbonização. É um setor que está com nível de capacidade instalada muito baixa. Pode se agravar (o quadro), gerando mais desemprego.

No passado, o governo já concedeu incentivos e, em seguida, a indústria demitiu trabalhadores. Não pode acontecer a mesma coisa? Existe algum tipo de compromisso?

Veja, estamos falando de um programa de curto prazo, de caráter anticíclico. É tiro de curto prazo com a perspectiva de que outros fatores podem melhorar o cenário econômico. Como, por exemplo, o BNDES anunciou quase R\$ 20 bilhões de financiamento para inovação à TR (Taxa Referencial) e R\$ 2 bilhões para exportação para o setor exportador. Estamos, inclusive, discutindo com a Fazenda a possibilidade de implementação da política de depreciação acelerada para estimular o investimento para 2024.

Quanto é possível garantir de emprego?

Difícil afirmar.

Os empresários terão de assinar alguma cláusula de não poder demitir durante a vigência do programa?

A gente não colocou nenhum tipo de imposição dessa natureza. O que saiu na imprensa é que teria carro popular, com redução de conteúdo tecnológico... e isso a gente não aceita.

E de itens de segurança, como airbags?

Para mim nunca chegou essa proposta.

Quando vocês falam em sustentabilidade, é para produzir carros menos poluentes?

Não, eles vão produzir os mesmos carros. Na minha avaliação, o mérito do programa é que ele é um escalonamento tributário, com a estrutura produtiva que está dada, de acordo com a eficiência energética.

É um programa emergencial?

É para tentar minimizar um cenário desfavorável, uma conjuntura desfavorável. Eu acho que uma das grandes questões do debate é o que é conjuntura e o que é estrutura. Por exemplo, hoje mesmo saiu reportagem que tende a diminuir inclusive a inflação.

E vocês estão com pressa porque o anúncio paralisou o mercado?

Criou-se uma expectativa muito grande com todo o debate que foi gerado. Então, o nosso objetivo era dar previsibilidade do que a gente está discutindo, do que a gente quer fazer, para que as pessoas tenham clareza. As próprias montadoras e as próprias concessionárias estavam afirmando que essa expectativa estava parando o mercado, e a gente precisava dialogar com os atores que estão presentes nesse mercado.

Quando acha que a política industrial pode ser lançada?

A nossa ideia é, até o fim deste ano, ter um plano formado. O prazo estabelecido pelo CNDI é até dezembro; o nosso objetivo é encurtar ao máximo possível, para apresentar para a sociedade um plano de política Industrial. E o Rota 2030 vai estar dentro. Todas as leis de incentivos que nós temos no Brasil, a Lei de Informática, a Lei do Bem, o Padis, todas vão estar vinculadas na discussão sobre um plano de política industrial.

Hoje, a média é de dez anos para a depreciação acelerada. Cairia para um ano para o abatimento do imposto?

Seria de um a dois anos. Até 2025, talvez. É para todas as empresas que investem bens de capital (máquinas e equipamentos). O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial que está construindo uma política industrial dentro de novos parâmetros, que são as missões. Nos próximos dias, sairá o convite para a representação da sociedade civil (no conselho). As pessoas que serão

convidadas são especializadas e podem contribuir para o debate. O vice-presidente está avaliando a representatividade.

Como alinhar com a reforma tributária, que é exatamente redução de incentivos?

A reforma tende a elevar a competitividade e a produtividade, e isso estimula o investimento. Como o próprio vice-presidente e a própria indústria reconhecem isso, nosso tecido tributário é muito grande. Então, se você faz uma reforma tributária que privilegia a indústria no sentido de estimular mais investimento, é uma das grandes políticas que nós temos, e de caráter horizontal.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 31/05/2023

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

RELATOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA DIZ QUE PARECER SERÁ O "IDEAL", MAS PODERÁ SOFRER MUDANÇAS

A intenção é votar o projeto ainda em junho, destacou Aguinaldo Ribeiro

Por *Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília*



— Foto: *Luís Macedo/Câmara dos Deputados*

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que apresentará no dia 6 de junho o relatório que considera ideal para a unificação dos impostos sobre bens e consumo. Ainda assim, disse que o texto pode sofrer modificações para acomodar as pressões políticas. A intenção é votar o projeto ainda em junho, destacou.

“O relatório vai decidir, por exemplo, se o IVA é único ou é dual, se a alíquota é única ou são várias. Esse relatório vai decidir”, afirmou, em almoço com as frentes parlamentares do Comércio e Serviços (FCS) e do Empreendedorismo (FPE). “Técnicamente, para todo mundo e para o cidadão, é melhor o [IVA] único. É um imposto só, uma legislação só, uma visita só do fiscal. Mas, se a gente não tiver voto para aprovar um único, aprova o dual”, ressaltou.

Segundo Ribeiro, a transição será usada para mitigar problemas na mudança do atual sistema (com PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) e o novo, com um IVA. Ele não detalhou qual prazo vai propor.

Um dos pontos que pode ser solucionado desta forma é a convalidação dos atuais benefícios fiscais concedidos pelos Estados com o ICMS. “Se eu quiser transição mais rápida, vou ter impacto na convalidação. Então talvez seja mais racional ter transição um pouco maior para garantir que tanto os Estados quanto as empresas não sofram com mudança mais rápida.”

Ele ressaltou que os benefícios fiscais vão acabar, com a mudança da arrecadação do local de origem do produto para o de destino, e que para substituir este mecanismo será criado um fundo de desenvolvimento regional. “Se ele quer trazer uma fábrica, ele vai dar um incentivo direto para a fábrica, se quer fazer uma obra, um porto, que acha importante, vai fazer”, disse.

O relatório será apenas um relato das discussões sobre a reforma até agora e do que seria o modelo ideal na avaliação do grupo de trabalho. O texto da lei em si será divulgado com “10 a 12 dias” antes da data marcada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para votação, afirmou ele. “O presidente me disse que quer votar ainda em junho.”

Ribeiro não confirmou quantas alíquotas diferentes existirão e nem quais setores receberão tratamento diferenciado, mas indicou que a agricultura, saúde, educação e construção civil serão beneficiados. “Não dá para ter alíquota única num país do tamanho do nosso”, comentou. “Mas também não vou dizer o número, não posso dar spoiler sobre o relatório”, brincou.

Ele evitou comentar qual será a alíquota de referência. “Não vou tratar de alíquota [na PEC]. No texto, vou, com a linguagem legislativa, dizer que será a alíquota que se paga hoje para manter a carga tributária geral”, afirmou.

O relator destacou que uma das vantagens da mudança para o IVA é que “tudo vai gerar crédito” para as empresas e com isso reduzir os litígios e dividir o volume de impostos pagos ao longo da cadeia produtiva. “A única ressalva é se for [uma compra da empresa] para consumo pessoal. Ai você é consumidor e vai para a alíquota final nesse aspecto”, disse.

O deputado ainda falou que “há disposição” de se tratar também do IPVA para aeronaves e embarcações de luxo. “Foi um tema tratado mais no Senado, inclusive, e que está em pauta também. São pontos que seguirão junto [com a reforma]”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/05/2023

ATAQUE DE DRONE CAUSA INCÊNDIO EM REFINARIA DE PETRÓLEO NA RÚSSIA

Até o momento, ninguém reivindicou o lançamento de drones, mas a Rússia acusou a Ucrânia de aumentar os ataques contra alvos dentro do país

Por Valor — São Paulo



Rússia acusa Ucrânia de tentar assassinar Putin — Foto: Reprodução/Twitter

Drones atacaram nesta quarta-feira (31) duas refinarias de petróleo próximas a um dos maiores terminais de exportação de petróleo da Rússia, o que provocou um incêndio em uma delas, sem maiores danos, segundo informaram autoridades russas.

Durante a manhã (horário local), um drone atingiu a refinaria de petróleo Afipsky na região russa de Krasnodar, causando um incêndio que foi extinto posteriormente, informou o governador Veniamin Kondratyev no Telegram.

A refinaria Afipsky está localizada a 80 quilômetros do porto de Novorossiisk, no Mar Negro, um dos mais importantes pontos de exportação de petróleo da Rússia. A usina pode processar cerca de 6 milhões de toneladas (44 milhões de barris) de petróleo por ano.

O outro drone caiu na refinaria Ilsky, que fica a cerca de 65 quilômetros de Novorossiisk, informou a agência de notícias estatal russa “RIA”.

Até o momento, ninguém reivindicou o lançamento de drones, mas a Rússia acusou a Ucrânia de aumentar os ataques contra alvos dentro do país, inclusive com um ataque a Moscou na terça-feira.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/05/2023

NORDESTE CONCENTRA 83% DA ENERGIA SOLAR E EÓLICA DO PAÍS

Empresas têm mais projetos previstos para região, mas dependem de infraestrutura para distribuir a produção

Por Domingos Zapparoli — Para o Valor, de São Paulo



Painéis fotovoltaicos instalados no Ceará: condições de geração solar e eólica estão entre as melhores do mundo, mas há restrições na capacidade de escoamento da produção, que precisam ser solucionadas — Foto: Divulgação

do país. A capacidade instalada, de 28,3 gigawatts (GW), é 82,6% da nacional com as duas fontes de energia. Os nove Estados nordestinos também somam 10 GW em projetos em fase de construção e 79,7% das novas instalações programadas para entrar em operação no país, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), garantindo à região a hegemonia eólica e solar para a próxima década. O potencial nordestino é muito maior. A capacidade de geração eólica e solar já outorgada pela Aneel, ou seja, projetos já autorizados, mas que ainda não possuem suas instalações confirmadas pelas empresas de energia, somam outros 76,2 GW na região.

Geração renovável no Nordeste

Região quer ser polo de produção de energia limpa

Eólica em operação - MW

Estado	Potência (MW)
Bahia	7.565,2
Piauí	3.482,5
Sergipe	34,5
Alagoas	-
Ceará	2.577,8
Maranhão	426,0
Paraíba	765,5
Pernambuco	1.065,9
Rio Grande do Norte	7.647,7

Eólica em construção - MW

Estado	Potência (MW)
Bahia	2.440,5
Piauí	746,1
Sergipe	-
Alagoas	-
Ceará	112,5
Maranhão	-
Paraíba	345,3
Pernambuco	112,9
Rio Grande do Norte	2.130,2

Fotovoltaica em operação - MW

Estado	Potência (MW)
Bahia	1.359,5
Piauí	1.465,9
Sergipe	800
Alagoas	3.740,0
Ceará	708,9
Maranhão	2,3
Paraíba	454,2
Pernambuco	414,9
Rio Grande do Norte	366,8

Fotovoltaica em construção - MW

Estado	Potência (MW)
Bahia	892,4
Piauí	867,2
Sergipe	-
Alagoas	-
Ceará	315,2
Maranhão	-
Paraíba	350,0
Pernambuco	712,4
Rio Grande do Norte	951,6

Usinas solares e eólicas da região somam potência instalada de **28,3 mil MW** e **10,0 mil MW** em construção

A expectativa no Ministério de Minas e Energia (MME) é que a instalação de 30 GW de geração renovável e R\$ 120 bilhões em investimentos sejam viabilizados após os três leilões de transmissão de energia da agência previstos para ocorrer em 2023 e 2024. O primeiro deles, programado para 30 de junho, compreende um total de 6,1 mil quilômetros de linhas de transmissão voltadas ao escoamento da energia renovável produzida no Nordeste para os centros consumidores no Sudeste. O segundo leilão, previsto para outubro, interligará a região com o Centro-Oeste e o Sudeste. O terceiro ainda não teve seu edital publicado.

Para investidores, os certames servirão para atender a demanda já contratada. “Há um descompasso entre o planejamento da expansão da transmissão e o crescimento da oferta de geração renovável. Os leilões de 2023 e 2024 vão apenas acomodar a expansão existente até 2030.

“Vamos precisar de mais infraestrutura para possibilitar novos projetos”, diz Lucas Araripe, diretor de novos negócios da Casa dos Ventos, companhia com capacidade de geração de 1,2 GW em operação e 500 GW em construção em projetos no Nordeste.

“Vamos precisar de mais infraestrutura para possibilitar novos projetos” — Lucas Araripe

O Complexo Eólico Rio do Vento, no Rio Grande do Norte, principal ativo da Casa dos Ventos, entrou em operação em 2021 com 504 megawatts (MW) de potência; outros 534 MW estão previstos para os próximos meses. O Complexo Eólico Babilônia Sul, com 360 MW na Bahia, entrou em operação em abril. Estão previstos, ainda neste ano, os inícios das obras de expansão de Babilônia, (mais 553 MW), e Serra do Tigre (RN), com 756 MW eólicos. Ambos devem entrar



em operação em 2025, após investimentos de R\$ 9,5 bilhões.

A Casa dos Ventos também planeja investir em energia fotovoltaica, tornando seus parques geradores híbridos, somando eólica e solar no mesmo empreendimento. “A pretensão é superar 6 GW de capacidade instalada renovável até 2027”, diz Araripe.

O primeiro empreendimento híbrido de geração eólica e solar no país foi inaugurado em março, na Paraíba. O Complexo Renovável Neoenergia tem 15 parques eólicos, que somam capacidade instalada de 471,2 MW, e duas plantas fotovoltaicas com potência de 149,2 MW, além de uma subestação e linha de transmissão para a conexão com a rede do Sistema Interligado Nacional (SIN). Os investimentos somaram R\$ 3,5 bilhões. A empresa ainda ergue o complexo eólico Neoenergia Oitis, na divisa entre Piauí e Bahia, que terá capacidade instalada de 565,5 MW. “Estudamos novos projetos na região, como parques eólicos offshore e produção de hidrogênio verde”, diz Laura Porto, diretora de renováveis da companhia.

A Enel Green Power Brasil possui capacidade instalada de 2,5 GW provenientes de parques eólicos no Nordeste. Em outubro, iniciou a construção da fase cinco do parque Lagoa dos Ventos (PI), que irá acrescentar 399 MW ao complexo que atualmente soma 1,1 GW em operação.

“O Nordeste conta com condições de geração solar e eólica que estão entre as melhores do mundo, mas há restrições na capacidade de escoamento da produção que precisam ser solucionados”, diz Bruno Riga, diretor responsável pela Enel Green Power Brasil. Em janeiro, a Enel iniciou a operação comercial da terceira seção do complexo solar São Gonçalo (PI), que passou a contar com uma capacidade instalada de 864 MW e se tornou o maior parque fotovoltaico da América Latina.

A AES Brasil está em fase de conclusão de dois projetos eólicos no Nordeste que serão operados exclusivamente por mulheres: o Cajuína (RN), com 684 MW, e o Tucano (BA), que disponibilizará 322 MW. Atualmente, a companhia soma 1,44 GW em geração eólica. “Também estamos desenvolvendo projetos solares que somam 272 MW de capacidade que serão instalados de forma híbrida junto aos parques eólicos na Bahia e no Rio Grande do Norte”, diz Bernardo Machado Sacic, diretor de desenvolvimento de novos negócios da companhia. Outra frente de expansão renovável da AES Brasil é em hidrogênio verde no Ceará.

“Estudamos uma unidade de eletrólise de 2 GW no Complexo de Pecém”, afirma Sacic.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/05/2023

LEILÕES DE RESERVA TÊM DESAFIOS AMBIENTAIS

Governo federal considera a ampliação da oferta de potência das usinas hidrelétricas

Por Genilson Cezar — De São Paulo

O governo federal considera a ampliação da oferta de potência das usinas hidrelétricas brasileiras, por meio dos leilões de reserva de capacidade, plenamente natural, mas ainda avalia formas de como superar desafios regulatórios e de natureza ambiental.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME) informa em comunicado, o cronograma de descotização das usinas pertencentes à Eletrobras e a previsão de alteração do regime dessas usinas para o Regime de Produção Independente de Energia (PIE), definidos pela Lei 14.182, poderia permitir que os empreendimentos hidrelétricos comercializem sua disponibilidade de potência por meio dos leilões de reserva de capacidade. Em relação aos desafios de natureza ambiental, seria necessário revisar licenças de operação para permitir a maior variação da vazão defluente para modular a produção de energia e entregar maior potência nos momentos adequados. “Somente depois de amplamente discutidos esses aspectos é que o governo publicará as regras do segundo leilão de reserva de capacidade”, afirma o comunicado do MME.

A expectativa dos empresários é de total otimismo. Para a Auren, empresa que surgiu da integração dos ativos de energia da Votorantim e do CPP Investments, não há qualquer impedimento legal à participação das hidrelétricas nos leilões de contratação de reserva de capacidade. “A Lei 14.120, promulgada em 2021, que instituiu estes leilões, não especifica a tecnologia de geração a ser contratada, e nem deveria, porque assim possibilita que diversas tecnologias, que atendam ao requisito exigido, possam competir entre si contratando-se aquelas que forem mais baratas para o consumidor”, afirma Priscila Lino, diretora de regulatório da Auren.

A empresa confia que o governo vai rever as diretrizes para possibilitar a participação de empreendimentos hidrelétricos. “Esta é uma oportunidade importante, que poderá viabilizar investimentos incrementais em diversas usinas hidrelétricas existentes a um custo bastante competitivo”, avalia Lino. “O potencial de contratação pode chegar até 7 mil MW de capacidade instalada”, diz ela.

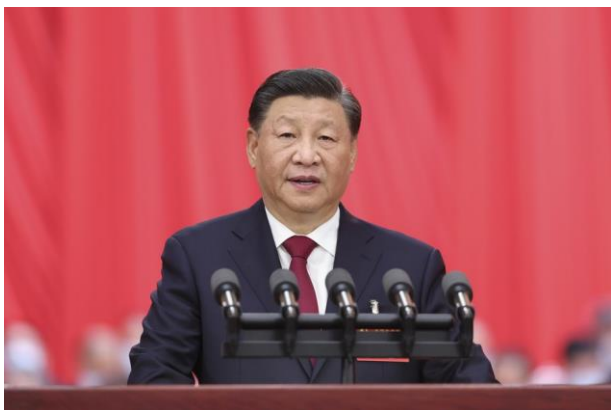
Um dos projetos que a Auren poderia desengavetar, em um novo cenário, de acordo com a executiva, seria o da concessão da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera (divisa SP-MS), adquirida no processo de privatização da Cesp, em 2018. O projeto básico da usina previa quatro unidades de geração adicionais às 14 unidades atualmente em operação, para fornecer energia nos momentos de maior demanda do país. “Estas unidades não chegaram a ser implantadas na época da construção da usina. Juntas, estas quatro unidades podem adicionar 440 MW de capacidade de geração, fornecendo energia limpa e a um custo bastante competitivo para o consumidor”, destaca.

A Spic Brasil também avalia que um novo leilão de reserva de capacidade deve se realizar no fim deste ano. “Mantemos um diálogo constante com o Ministério de Minas e Energia quanto à inclusão do produto hidrelétrico nos leilões de reserva e de capacidade”, afirma Adriana Waltrick, CEO da companhia chinesa no país. Segundo ela, o fornecimento de capacidade é essencial para o Brasil continuar com a crescente inserção de energia renováveis intermitentes como eólica e solar, e manter a necessária estabilidade na operação do sistema interligado brasileiro. “A venda nos leilões pode servir como incentivo para investimentos em projetos de repotenciação e ampliação de usinas hidrelétricas existentes”, ressalta.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 31/05/2023

PRESIDENTE DA CHINA DIZ QUE PAÍS DEVE SE PREPARAR PARA ‘PIORES CENÁRIOS’

Após adotar recentemente uma série de medidas sobre espionagem, líder chinês pediu às autoridades que reforcem as regulamentações sobre dados da internet e inteligência artificial
Por Valor — São Paulo



Questões de segurança nacional que enfrentamos se tornaram muito mais complexas e significativamente mais difíceis, diz Xi Yao Dawei/Xinhua via AP

A China enfrenta “riscos notavelmente ampliados” e precisa reforçar suas defesas e os controles sobre as redes de informação do país, advertiu o presidente Xi Jinping nessa quarta-feira (31), por meio da imprensa estatal chinesa.

“As atuais questões de segurança nacional que enfrentamos se tornaram muito mais complexas e significativamente mais difíceis”, disse Xi, na

primeira reunião da Comissão de Segurança Nacional desde que conquistou um terceiro mandato, em outubro.

“Precisamos levar em conta a ideia de nos preparar para os piores cenários, para resistir a ventos fortes, águas agitadas e até tempestades perigosas”, acrescentou o líder chinês, sem dar maiores detalhes.

Entre os participantes da reunião estavam os três vice-presidentes da Comissão de Segurança Nacional: o premiê Li Qiang, o presidente do Congresso Nacional do Povo, Zhao Leji, e o chefe de gabinete de Xi, Cai Qi.

O líder chinês pediu às autoridades que reforcem as regulamentações sobre dados da internet e inteligência artificial.

Nos últimos meses, Pequim aprovou nova legislação de contra-espionagem, expandindo a lista de atividades que podem ser consideradas espionagem, lançou uma repressão anti-espionagem nacional contra firmas de consultoria e baniu chips da americana Micron Technology, em alguns setores-chave de sua infraestrutura de comunicação e outras áreas sensíveis.

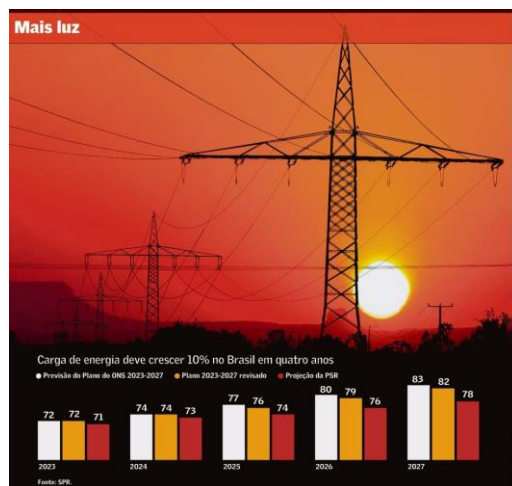
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/05/2023

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ATRAI INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS AO PAÍS

Brasil tem potencial para ser líder em energia limpa, mas precisa de infraestrutura e manter suas hidrelétricas e térmicas saudáveis

Por Roberto Rockmann — Para o Valor, de São Paulo



Com mais de R\$ 250 bilhões em investimentos previstos nos próximos cinco anos em geração, distribuição e transmissão, o setor elétrico tem o potencial de liderar o Brasil em um mundo que vive a transição energética. Com mais de 90% da matriz elétrica composta por energia renovável e a potencial abertura do mercado livre, oportunidades bilionárias atraem diversos players. Hidrogênio verde, geração distribuída solar e transmissão hoje são os três segmentos que mais têm movimentado negócios. Em paralelo, há uma agenda regulatória que terá de desatar nós para que esse potencial se concretize.

Investimentos em renováveis alcançam novo patamar. O diretor geral da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, anunciou que neste ano deverão ser investidos US\$

1,7 trilhão em fontes limpas no mundo, comparados a US\$ 1 trilhão em fósseis. “Há cinco anos, havia uma divisão entre as duas”, disse. É nesse contexto que o Brasil poderá ganhar destaque.

A conexão à rede se tornará cada vez mais importante. A lei 14.120, que remanejou recursos no setor elétrico para permitir a redução de tarifas de energia elétrica, criou uma fila de 200 GW em projetos que buscaram subsídios na conexão para outorgas solicitadas até março de 2022. Para se ter uma ideia, em 100 anos, o país adicionou 200 GW de capacidade instalada. Nessa fila de projetos, há desde especuladores a empresas com empreendimentos avançados. O governo federal estuda uma solução para resolver a questão. Nesse cenário, reforçar a interligação do sistema se tornou prioridade - mais de R\$ 80 bilhões em investimentos em seis leilões entre 2023 e 2025 poderão ser realizados. “Os leilões de transmissão passam a ser ainda mais importantes no planejamento das empresas e do setor”, diz a diretora regulatória da Auren, Priscila Lino.

A transformação da matriz elétrica brasileira, com avanço de fontes variáveis, como eólicas e solares, traz outras reflexões. Um dos temas presentes nos aperfeiçoamentos regulatórios é a valoração dos atributos das fontes e dos requisitos de flexibilidade para a operação do sistema, visando adoção do mecanismo de formação de preço por oferta, diz Romário Batista, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ceri). O avanço



das variáveis e da geração distribuída solar abre discussão sobre mecanismos de resposta da demanda e de tarifas horárias para os consumidores, de forma que possam responder mais rapidamente a cenários de preços.

“Os leilões de transmissão passam a ser ainda mais importantes no planejamento das empresas”

— **Priscila Lino**

Esse crescimento de fontes dependentes de fatores climáticos faz ainda o setor discutir benefícios que hidrelétricas e térmicas podem dar ao sistema. No fim da tarde e início da noite, quando já não há mais geração de energia solar, por exemplo, há um aumento da carga demandada das usinas movidas a força da água ou de combustíveis fósseis.

“Essa rampa de carga é como se todos os aparelhos de ar condicionado e chuveiros fossem ligados a todo o tempo. Nesse momento, quando os reservatórios estão cheios, se podem usar as hidrelétricas; caso não, seria preciso térmica”, diz o diretor geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luiz Carlos Ciochi.

Para Eduardo Sattamini, diretor-presidente da Engie Brasil, a sustentabilidade econômico-financeira das hidrelétricas - que, segundo ele, tornaram-se a “bateria” do sistema elétrico - é fundamental para uma transição energética eficiente. “Há inúmeros serviços essenciais para manutenção do sistema que são realizados de maneira gratuita pelas usinas hidrelétricas, como, o auto-restabelecimento parcial. Esse serviço é crítico para o sistema porque garante a retomada de fornecimento de energia depois de apagão”.

Outra discussão premente é a abertura total do mercado livre, ideia que vem sendo discutida há mais de duas décadas e jamais foi implementada. O tema coincide com o avanço da descentralização da matriz. A potencial ampliação do mercado livre e a autoprodução têm sido um impulsionador dos projetos renováveis, sejam de fontes centralizadas ou não, o que também atrai novos players para o setor. A partir de janeiro, todas as empresas consumidoras de alta tensão poderão comprar energia do fornecedor que quiserem.

“O mercado potencial para geração distribuída é de cerca de 13 milhões de consumidores”

— **Matheus Nogueira**

Como a decisão de se tornar livre tem de ser anunciada para a distribuidora com seis meses de antecedência, muitas indústrias já começam a buscar informações. “Estamos recebendo consultas para migração no ambiente de contratação livre e o nosso foco é avançar cada vez mais neste mercado”, diz Frederico Saliba, VP de power da Raízen, que lançou recentemente a marca Raízen Power para ganhar espaço nos mercados livre e de geração solar distribuída.

O movimento atrai outros pesos pesados que não tinham a eletricidade como foco. A Vibra, que adquiriu a comercializadora de energia elétrica Comerc, também busca ganhar espaço nesses mercados. “O mercado potencial para geração distribuída é de cerca de 13 milhões de consumidores, dos quais grande parte já são clientes da Vibra, que realizam transações em nossa rede de postos todo mês. O perfil do cliente de GD é essencialmente residencial, pequenas empresas ou propriedades rurais, conectadas à rede elétrica em baixa tensão”, diz Matheus Nogueira, VP de geração distribuída da Comerc.

Grandes consumidores também analisam oportunidades, o que aponta que a liderança do setor ainda é incerta. As operadoras de telefonia Vivo e Claro têm investido no setor elétrico. Com uma base de clientes pulverizada em milhões de clientes Brasil afora e negócios que envolvem conectividade, o interesse inicial tem sido em oferecer, em projetos-piloto, soluções de geração distribuída solar. “Atuamos como hub de energia, em parceria com vários geradores de fontes renováveis”, afirma Hamilton Silva, diretor de Infraestrutura da Claro. O modelo é de terceirização, sem investimentos próprios. “Este é o primeiro programa de venda de energia renovável para os clientes de telecom voltado para pessoa física”, afirma.



A eletrificação da mobilidade também é destaque. A Enel, que investe no Brasil principalmente em distribuição e geração renovável, busca desenvolver o segmento de ônibus elétricos - a cidade de São Paulo, é alvo, diz o presidente do grupo, Nicola Cotugno. O setor de transporte e o desmatamento são os maiores emissores de poluentes globais no Brasil, enquanto em boa parte do mundo é o energético, dependente de carvão.

Na distribuição, o ponto nevrálgico é o processo de renovação de contratos que concentram cerca de 60% do mercado. Os grupos Enel, CPFL, Neoenergia e EDP respondem por 81% do mercado com contratos a vencer, segundo análise de Diogo Romeiro, pesquisador no FGV Ceri. A consulta pública sobre as regras deve ser aberta em junho. Para Joisa Dutra, diretora do FGV Ceri, a pergunta relevante em relação à conveniência de licitar ou renovar a concessão de distribuição é como adaptar o contrato ao cenário de transformação do setor, ou seja, qual é o modelo contratual adequado para enfrentar desafios do futuro em um setor que vive sob o prisma da descentralização, digitalização, descarbonização e democratização com o empoderamento do consumidor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/05/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

TSE EMPOSSA DOIS MINISTROS INDICADOS POR LULA

Assumiram o cargo Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares

Por André Richter - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) empossou hoje (30) dois ministros efetivos indicados na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na quarta-feira (24), os nomes dos advogados Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares foram acatados por Lula horas após o Supremo Tribunal Federal (STF) enviar à Presidência da República uma lista quádrupla aprovada pela Corte.

Também estavam na lista as advogadas Edilene Lobo, ligada ao PT de Minas Gerais, e Daniela Borges, mas elas foram preteridas das nomeações.

De acordo com a Constituição, cabe ao presidente da República nomear os advogados que compõem o tribunal.

As vagas foram abertas na semana passada, após a saída de dois ministros. Sérgio Banhos ficou no cargo por quatro anos e não pode continuar na função por ter cumprido período máximo permitido de dois biênios.

A segunda cadeira ficou disponível com a saída do ministro Carlos Horbach, que poderia ser reconduzido por mais dois anos, mas optou por não figurar entre os nomes que concorreram à permanência.

A troca de cadeiras no TSE ocorre antes do julgamento que pode tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível. A ação na qual Bolsonaro é acusado de usar uma reunião com embaixadores, realizada em julho de 2022, para atacar o sistema eleitoral deve ser julgada em breve.

A cerimônia de posse foi acompanhada pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, além de outras autoridades do Judiciário.

Composição

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do Supremo Tribunal Federal (STF), dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados com notório saber jurídico.

Além dos novos ministros, as vagas efetivas pertencem a Alexandre de Moraes, atual presidente, Cármen Lúcia e Nunes Marques. Gilmar Mendes, Dias Toffoli e André Mendonça compõem as vagas de ministros substitutos oriundos do STF.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 31/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

APM TERMINALS NÃO RENOVARÁ CONTRATO TRANSITÓRIO COM PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 31/05/2023 - 19:02



Arquivo/Divulgação

A APM Terminals anunciou, nesta quarta-feira (31), que não renovará seu contrato transitório por mais seis meses com o Porto de Itajaí (SC). A partir do próximo dia 1º de julho, uma transição administrativa e operacional se iniciará com o novo arrendatário da área, a ser definido pela autoridade portuária local em um novo processo. Em nota, a empresa do grupo Maersk informou que a decisão foi tomada em comum acordo com a autoridade portuária e o município de Itajaí, encerrando um ciclo de 22 anos de operação

como arrendatário no complexo portuário.

No comunicado, a operadora de terminais destacou que, durante todo este período, desempenhou papel importante para o desenvolvimento econômico e social da região. "Em mais de duas décadas de atuação, a APM Terminals investiu mais de R\$ 720 milhões em infraestrutura e equipamentos, gerou milhares de empregos e somou mais de 8 milhões de TEUs operados entre importação e exportação, trazendo negócios e fortalecendo a economia no estado de Santa Catarina", salientou a empresa.

Leia também: Delegação de Itajaí aproveitará 90% dos estudos para desestatização, diz Pierdomenico

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/delegacao-de-itajai-aproveitara-90-dos-estudos-para-desestatizacao-diz-pierdomenico>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/05/2023

POSIDONIA SHIPPING CONCLUI COMPRA DE 2 PSVS 4.500 EM FASE DE CONSTRUÇÃO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 31/05/2023 - 17:03

Sócio-diretor destaca obras de finalização de embarcações de apoio no Brasil, incentivando indústria naval nacional. Empresa de navegação estima um total de US\$ 70 milhões em investimentos até incorporação dos barcos de apoio à frota

A Posidonia Shipping concluiu a aquisição de dois PSVs (transporte de suprimentos) 4.500 que estão em construção. De acordo com a empresa, que opera nos segmentos de cabotagem e de apoio marítimo, as duas embarcações não foram concluídas por problemas financeiros de seu antigo armador e do estaleiro. O sócio-diretor da Posidonia, Abraão Salomão, destacou que as embarcações serão concluídas no Brasil, representando um importante incentivo à indústria naval brasileira.



Divulgação Posidonia Shipping

"Esse movimento confirma nosso mais profundo compromisso com o país, a bandeira brasileira e o navio construído no Brasil. Diferentemente da cabotagem, que atualmente é uma atividade de operação de navios, já que o volume de cargas e as frequências não sustentam embarcações dedicadas, o apoio marítimo incentiva a aquisição de embarcações brasileiras", comentou Salomão.

A Posidonia estima um total de US\$ 70 milhões em investimentos até a entrega das embarcações. A empresa de navegação informou à reportagem que as obras estão, em média, 60% prontas e que o primeiro barco de apoio será finalizado no Estaleiro São Miguel (RJ), do grupo Bravante, e tem previsão de entrega de até 15 meses. Segundo a Posidonia, estão sendo utilizados recursos próprios nesta etapa inicial e outras fontes estão sendo avaliadas pela empresa.

A atual frota offshore da Posidonia conta com dois AHTS 18.000 (GH Navigator e GH Pathfinder), afretados do armador alemão UOS. A aposta da empresa no apoio marítimo levou em conta as perspectivas de crescimento das atividades offshore. A chegada de novas plataformas e o desenvolvimento de novos campos trouxeram a expectativa de ampliação do número de contratos no segmento, o que demandará embarcações numa quantidade que pode não ser suprida exclusivamente pelo mercado brasileiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/05/2023

DELEGAÇÃO DE ITAJAÍ APROVEITARÁ 90% DOS ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO, DIZ PIERDOMENICO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 31/05/2023 - 15:57



Arquivo/Divulgação

Secretário de portos afirmou que processo está em fase de finalização e em breve será endereçado para Antaq para realização de audiência pública

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, afirmou, na última terça-feira (30), que a delegação do Porto de Itajaí (SC) está em fase de finalização e logo será endereçada à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para a organização da audiência pública. Ele disse que

a modelagem e a modelagem do fluxo de caixa já estão fechados e vão aproveitar em grande parte os estudos feitos no governo passado, quando Itajaí constava no programa de desestatização, e que estavam voltados para a desestatização da administração portuária.

"Vamos aproveitar 90% dos estudos feitos para desestatização, mas com uma pequena mudança: a autoridade portuária preservada e, nas próximas semanas, talvez nos próximos dias, renovemos a delegação do porto à prefeitura", disse o secretário, durante a Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário, promovida pela Comissão do Direito Marítimo, Portuário e do Mar da seccional



Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e pela Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário da OAB Nacional.

O município de Itajaí obteve dois anos a mais de delegação, que venceria no final de 2022. O secretário disse que o novo modelo pedido pelo ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Márcio França, propõe um formato de delegação com participação maior do governo federal na governança do ativo federal, que é delegado ao município. Ele ressaltou essa participação se dará por meio dos conselhos fiscal e de administração. “Estamos com a minuta pronta. Assim que o ministro chegar de viagem, provavelmente semana que vem, faremos as primeiras rodadas com o município para debater e verificar possíveis mudanças, antes da assinatura do convênio”, adiantou Pierdomenico.

Pierdomenico ressaltou que a autoridade portuária de Itajaí continuará pública, com a delegação ao município, mas será feita a concessão de serviços de zeladoria, como a manutenção do canal de acesso ao porto. O aproveitamento da maior parte dos estudos já aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), segundo o secretário, otimizará o tempo do processo. “A ideia é ganhar tempo. será uma proposta que será apresentada, vai à audiência pública e vamos debater”, detalhou.

O Porto de Itajaí deverá permanecer municipalizado pelos próximos 35 anos. O anúncio foi feito pela Superintendência do Porto de Itajaí, após reunião no Ministério dos Portos e Aeroportos, que ocorreu no começo de março. Na ocasião, o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, confirmou a manutenção da autoridade portuária pública por mais 35 anos e prometeu a membros da administração portuária e da gestão municipal que haverá agilidade no leilão do terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/05/2023



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 31/05/2023